

**O INVESTIMENTO DIRECTO DAS  
EMPRESAS PORTUGUESAS NO BRASIL:  
Sector es, tipo de operação e principais  
deter minantes, 1996-1999**

**Equipa do projecto**

**António Mendonça (Coordenador)**  
**Manuel Farto**  
**Elivan Ribeiro**  
**João Dias**  
**Miguel Fonseca**

**António Romão (Consultor)**

**DT 32**

**Janeiro, 2001**

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia

## Ficha Técnica

<b>Título:</b>	O Investimento Directo das Empresas Portuguesas no Brasil: Sectores, tipo de operação e principais determinantes, 1996-1999
<b>Autor:</b>	António Mendonça (Coordenador); Manuel Farto; Elivan Ribeiro; João Dias; Miguel Fonseca; António Romão (Consultor)
<b>Editor:</b>	GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia Rua José Estêvão, 83-A4º Esqº 1169-153 LISBOA gepe@mail.telepac.pt www.gepe.pt
<b>Concepção:</b>	Princípio Activo - Projectos de Comunicação e Imagem, Lda.
<b>Impressão e acabamento:</b>	Medigráfica, Lda.
<b>Tiragem:</b>	1 500 exemplares
<b>Edição:</b>	Lisboa, Janeiro 2001
<b>ISBN:</b>	972-8170-66-1
<b>ISSN:</b>	0875-0157
<b>Depósito legal:</b>	

# Índice

Nota de Enquadramento	5
1. Introdução	7
2. O Investimento Directo Português no Brasil	9
2.1 O Investimento Directo Português no Brasil por Sectores de Actividade	11
2.2 O Investimento Directo Português no Brasil por Tipo de Operação	14
3. O Investimento Directo Português no Brasil Segundo a Perspectiva Brasileira	21
4. As Empresas Portuguesas no Brasil	37
4.1 As Empresas Portuguesas no Brasil: Algumas Observações Sectoriais	38
4.2 Características Gerais dos Investimentos das Empresas Portuguesas no Brasil	45
4.3 Inquérito às Empresas Portuguesas no Brasil Resultados Preliminares	47
5. Observações Finais	51
6. Anexos	53
7. Documentos Publicados	61



## Nota de Enquadramento

Este segundo Documento de Trabalho GEPE, da responsabilidade do CEDIN/ISEG, é mais um dos produtos elaborados no âmbito do projecto "Oportunidades de Negócios Portugal – Brasil" cujos objectivos nucleares são :

- Avaliar o quadro de potencialidades de investimento e de trocas recíprocas e equacionar as linhas de actuação mais adequadas;
- Analisar as condições de sucesso da deslocalização de empresas entre os espaços em estudo;
- Detectar a penetração e respectivas modalidades no Mercosul, a partir do Brasil e, no mercado europeu, tendo como plataforma Portugal;
- Antecipar hipóteses de evolução futura das relações económicas entre os dois países, tendo em conta os previsíveis desenvolvimentos dos respectivos processos de integração regional e a sua articulação com o processo mais geral de globalização económica.

Durante as fases de concepção e execução dos trabalhos, os dois departamentos pivots deste projecto ao nível do Ministério da Economia, respectivamente o ICEP e GEPE, privilegiaram o estabelecimento de contactos em Portugal e no Brasil com diversas entidades empresariais e universitárias, tendo em vista a concretização dos objectivos pré definidos.

Há um trabalho realizado por duas equipas universitárias (Fundação Getúlio Vargas e CEDIN/ISEG) com várias peças já divulgadas.

Interessa agora um balanço do trabalho realizado.

A melhor maneira, em minha opinião, consiste na realização de uma série de Seminários descentralizados e em parceria com o meio empresarial com o objectivo de avaliar o que já foi feito.

Do debate em seminários sairão certamente novas ideias e novos caminhos bem com processos de trabalho inovadores para o seu prosseguimento. Mas o que nos preocupa, acima de tudo, é como estruturar algo de

permanente que permita acompanhar o evoluir desta realidade de tão grande interesse para o meio empresarial português.

O GEPE e o ICEP, pivots deste projecto no âmbito do Ministério da Economia, estão empenhados em encontrar os mecanismos adequados.

Dezembro 2000

João Abel de Freitas

# 1. Introdução

Procede-se neste trabalho a uma análise do investimento directo português no Brasil (IDPB) tendo como principal preocupação dar a conhecer a sua distribuição sectorial e por tipo de operação. Ao mesmo tempo pretende-se avançar algumas hipóteses relativamente aos factores que levaram as empresas portuguesas a apostar tão fortemente no Brasil como destino privilegiado, quando não exclusivo, dos seus investimentos no exterior e avaliar em que medida se está em presença de uma simples moda conjuntural ou da afirmação de uma nova dinâmica estrutural de internacionalização da economia portuguesa.

Os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, até ao momento de elaboração deste trabalho, apenas permitem considerar o período de 1996-1999 o que, sendo embora um período curto, coincide com a fase de maior expansão do investimento directo português no Brasil. Foi possível, também, obter, para este mesmo período, dados desagregados sobre o investimento directo estrangeiro no Brasil recolhidos pelo Banco Central que, não obstante as diferenças metodológicas de contabilização, a que adiante se fará referência, permitiram obter uma visão mais detalhada da importância relativa do investimento português no Brasil, designadamente em termos da sua distribuição sectorial.

Para complementar a informação obtida através dos dados disponibilizados pelos dois bancos centrais procedeu-se ao lançamento de um inquérito às empresas portuguesas ou com uma forte componente de capital português a operarem no Brasil, tendo em vista apurar mais no concreto as motivações, os resultados, os problemas e as expectativas dos investidores portugueses. O número de respostas ficou, no entanto, aquém do esperado pelo que os resultados, embora importantes, têm de ser encarados com as necessárias reservas.

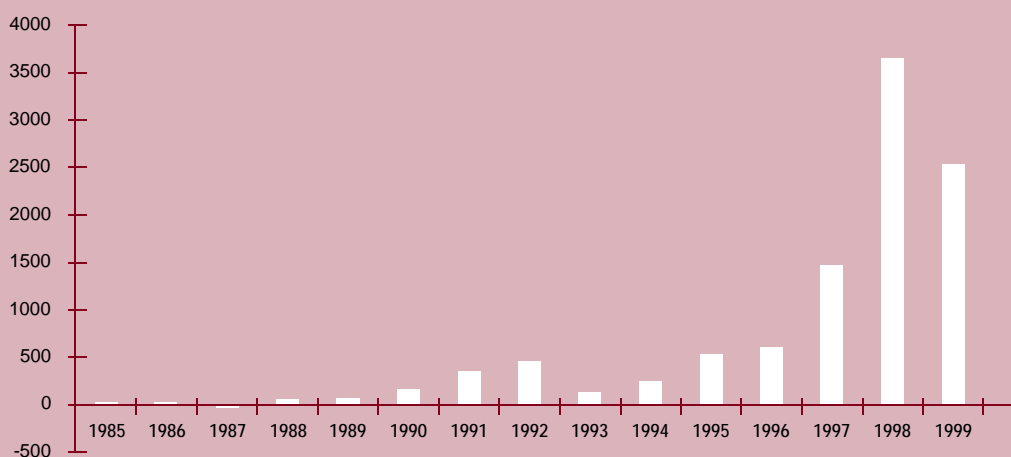




## 2. O Investimento Directo Português no Brasil

Como referimos em trabalhos anteriores, só muito recentemente Portugal se tornou um investidor no estrangeiro com valores que assumem já alguma expressão, mesmo se permanecem pouco significativos a nível internacional.

**Fig. 2.1**  
**Investimento Directo de Portugal no Exterior**  
**(milhões de eur os)**



Em termos do destino dos investimentos portugueses, a importância do Brasil não tem parado de se afirmar nos anos mais recentes, atingindo 67,5%, do total do investimento líquido português no exterior no período 1996-99 (Quadro 2.1 e Anexo 4). As Ilhas Cayman e com menos significado a Irlanda e o Benelux surgem como os principais destinatários, a seguir ao Brasil, dos investimentos portugueses no estrangeiro. De referir no entanto que as ilhas Cayman se apresentam como um ponto de passagem dos movimentos internacionais de capital, afirmando-se, sobretudo, como centro de financiamento e de constituição de *holdings*. Os E.U.A. e a Polónia recebem um pouco mais de 2% cada, sendo os restantes parceiros de importância pouco expressiva.

## Quadro 2.1

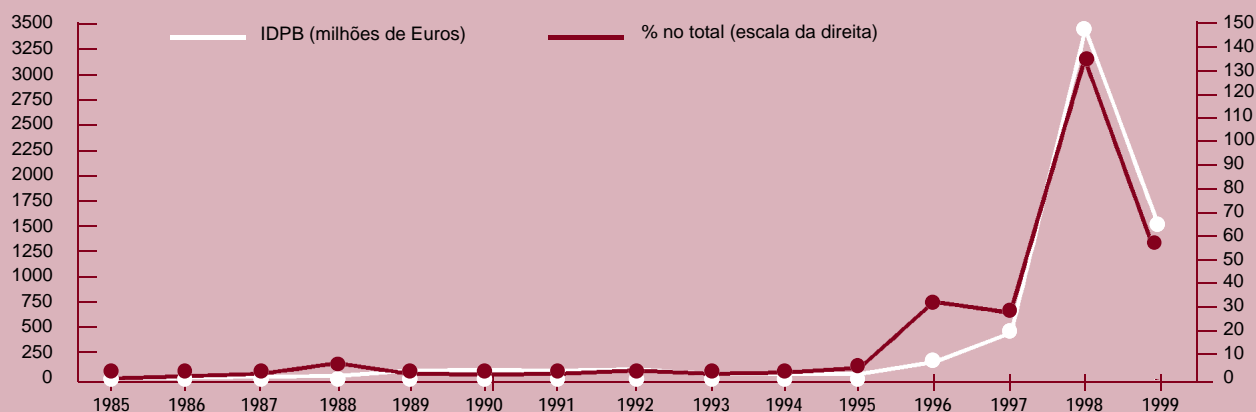
**Distribuição do Investimento Directo Português no Exterior 1996-99 (%)**

	<b>Investi.</b>	<b>Desinvest.</b>	<b>Inv. Liq.</b>
<b>Brasil</b>	<b>30,9</b>	<b>3,2</b>	<b>67,5</b>
Ilhas Cayman	37,8	56,6	13,1
Irlanda	3,1	0,5	6,7
Bélgica e Luxemburgo	2,3	0,8	4,3
E.U.A.	1,2	0,3	2,4
Polónia	0,9	0,1	2,0
Angola	0,7	0,3	1,3
Alemanha	0,7	0,5	0,9
Moçambique	0,4	0,1	0,9
Cabo Verde	0,3	0,0	0,7
Macau	0,6	0,6	0,6
Outros	14,9	25,8	0,5
Espanha	6,0	11,2	0,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

Se no período 1988-92 o Brasil absorvia uma percentagem reduzida do investimento directo de Portugal no exterior (IDPB), em 1996 já era o principal destino destes fluxos. Em 1998 atinge-se o pico, (ao mesmo tempo, note-se, que se verifica um forte desinvestimento nas ilhas Cayman) ao assegurar uma forte participação no processo de privatizações brasileiro, decrescendo em 1999, embora mantendo valores elevados, em torno dos 60% (Fig. 2.2), em termos líquidos.

**Fig. 2.2**  
**Investimento Directo Português no Brasil**  
**(valores líquidos)**



(milhões de Euros)

Fonte: Banco de Portugal

É de salientar que este forte crescimento dos investimentos portugueses no Brasil foi acompanhado de desinvestimento significativo noutras paragens com especial relevo para a Espanha, onde se verifica, inclusive, um investimento líquido negativo nos últimos quatro anos, como se constata no quadro 2.1.

## 2.1 O Investimento Directo Português no Brasil por Sectores de Actividade

No período 1996-99, o IDPB concentrou-se em três sectores: "imobiliário, alugueres e serviços prestados às empresas", "produção e distribuição de electricidade, gás e água" e "transportes, armazenagem e comunicações" embora se verifiquem níveis e dinâmicas muito diferenciadas (Quadro 2.2 e Anexo 1).

O primeiro sector tem acentuada a sua importância, tanto em termos brutos (passando de 29% para cerca de 51% entre 1996 e 1999) como em termos líquidos (36% e 52% respectivamente), atingindo 50% do total do investimento líquido realizado no período. A importância deste sector está fortemente associada aos "serviços prestados às empresas" que actua como apoio geral aos investimentos utilizados nos diversos sectores, através da constituição de *holdings*, consórcios etc..

O sector de "produção e distribuição de electricidade, gás e água", por sua vez, apesar da sua grande importância, tem caído em termos estruturais, passando de cerca de 58% em 1996 para 37% em 1999, em termos brutos, e de 49% para 38% em termos líquidos.

O sector de "transportes armazenagem e comunicações" atingiu o segundo lugar no conjunto do período, alcançando cerca de 20%, em termos líquidos, devido ao valor excepcional registado em 1998 em resultado da forte participação portuguesa no sector brasileiro das telecomunicações.

Em quarto lugar, e com valores muito menores mas ainda significativos, situa-se o sector das actividades financeiras, representando cerca de 7% no período, tanto em termos brutos como líquidos.

A reduzida importância do investimento na indústria transformadora não exclui um movimento significativo de capital para alguns sub-sectores industriais não explicitados nas estatísticas a que tivemos acesso. É de resto fortemente provável que parte significativa do investimento contabilizado, sob a forma de "serviços prestados às empresas", corresponda a investimentos na indústria transformadora, iludindo o verdadeiro destino sectorial dos investimentos.

O desinvestimento situa-se a níveis relativamente modestos o que sublinha o carácter juvenil do capital português no Brasil no momento presente.

## Quadro 2.2

### Investimento Directo Português no Brasil por Sectores de Actividade, 1996-99 (%)

#### Investimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	0,5	2,3	7,7	7,3	7,0
AGRIC	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
ALOJ	1,5	0,1	0,1	0,0	0,1
CGR	0,1	2,6	0,2	0,2	0,4
CONST	0,6	0,4	0,3	1,0	0,5
ELEC	57,7	1,2	11,6	37,0	<b>19,4</b>
IMOB	29,0	85,7	48,2	50,6	<b>50,8</b>
IT	8,6	5,0	0,6	3,1	1,9
OA	1,9	1,6	0,4	0,6	0,6
PESCA	0,0	1,0	0,1	0,0	0,1
TRANSP	0,0	0,0	30,8	0,1	<b>19,2</b>
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

#### Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	0,1	0,1	0,0	20,3	3,4
AGRIC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ALOJ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CGR	0,5	2,7	0,1	0,3	0,2
CONST	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ELEC	93,9	0,0	0,0	0,0	12,6
IMOB	0,1	59,9	99,4	9,3	<b>70,1</b>
IT	4,6	11,9	0,5	69,8	12,8
OA	0,9	25,4	0,0	0,3	0,9
PESCA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

#### Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
AF	0,5	2,3	8,2	6,8	7,1
AGRIC	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
ALOJ	1,8	0,1	0,1	0,0	0,1
CGR	0,0	2,6	0,2	0,2	0,4
CONST	0,8	0,4	0,3	1,0	0,5
ELEC	49,1	1,3	12,4	38,5	<b>19,8</b>
IMOB	35,9	86,3	44,8	52,1	<b>49,6</b>
IT	9,5	4,8	0,6	0,6	1,2
OA	2,2	1,1	0,5	0,6	0,6
PESCA	0,0	1,0	0,1	0,0	0,2
TRANSP	0,0	0,0	32,9	0,1	<b>20,4</b>
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

Siglas: AF-Actividades financeiras, ALOJ-Alojamento e restauração, CGR-Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom, CONST-Construção, ELEC-Produção e distribuição de electricidade, gás e água, IMOB-Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, IT-Indústrias transformadoras, OA- Outras actividades, TRANSP-Transportes, armazenagem e comunicações.

## 2.2 O Investimento Directo Português no Brasil por Tipo de Operação

A desagregação do IDPB segundo a natureza do investimento (Quadro 2.3 e Anexo 2) mostra que em 1999 cerca de 2/3 do investimento resulta de "operações sobre o capital das empresas" e cerca de 1/3 é constituído por "créditos, empréstimos e suprimentos", tanto no que respeita ao investimento bruto como ao investimento líquido. Para o conjunto do período, estes dois tipos de operações contribuíram com quase 100% do investimento directo português no Brasil, tanto em termos brutos como líquidos. Transparece aqui, uma vez mais, o carácter estratégico para Portugal do investimento levado a cabo no Brasil, uma vez que o segundo tipo de investimento surge basicamente em apoio do primeiro, permitindo uma maior flexibilidade operativa e financeira. Os outros valores são insignificantes tanto em termos brutos como líquidos, o que tem a ver, também, com o carácter jovem do investimento português.

O desinvestimento é muito mais volátil, o que é visível na importância dos "créditos, empréstimos e suprimentos" que em 1996 representaram 99% do total tornando-se insignificantes no ano seguinte, ano em que os lucros reinvestidos atingiram cerca de 68%. Em 1998 foi a vez do desinvestimento atingir o capital das empresas representando 96% do total. Esta concentração temporária é apenas quebrada em 1999 quando um maior equilíbrio se estabelece, com os "créditos, empréstimos e suprimentos" a atingirem 2/3 e o capital das empresas cerca de 30%.

O desinvestimento é, no entanto, muito reduzido em termos absolutos o que tem a ver, como já se disse, com o carácter ainda recente e em desenvolvimento do investimento directo português no Brasil. É possível, assim, que estes valores aumentem substancialmente, nos próximos anos, em função dos resultados obtidos pelas empresas e da eventual redefinição de estratégias.

No actual contexto, mais do que um efectivo desinvestimento, estes fluxos de saída de capitais devem ser compreendidos na sua ligação com as próprias estratégias de investimento.

### Quadro 2.3

## Distribuição do Investimento Directo de Portugal no Brasil por Tipo de Operação 1996-99 (%)

#### Investimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
No capital das empresas	94,5	93,0	43,4	63,5	54,4
Créd., emp. e suprimentos	3,7	3,0	56,3	34,9	44,6
Operações sobre imóveis	1,0	0,9	0,0	0,9	0,3
Lucros reinvestidos	0,5	2,4	0,3	0,7	0,5
Outros	0,3	0,8	0,0	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

#### Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
No capital das empresas	-	25,4	95,8	29,9	70,1
Créd., emp. e suprimentos	99,1	0,5	1,4	58,7	10,6
Operações sobre imóveis	0,9	5,1	0,0	0,3	0,3
Lucros reinvestidos	-	68,4	2,8	11,1	18,8
Outros	-	0,6	-	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00

#### Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	Total 96-99
No capital das empresas	117,0	94,4	39,9	64,8	53,4
Créd., emp. e suprimentos	-19,1	3,1	60,0	34,0	46,7
Operações sobre imóveis	1,7	0,8	0,0	0,9	0,3
Lucros reinvestidos	0,6	0,9	0,1	0,3	-0,6
Outros	0,4	0,8	0,0	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal

O cruzamento do IDPB por sector e por tipo de operação (Quadros 2.4 e 2.5 e Anexo 3) revela padrões diferentes de sector para sector. Assim, e como já foi anteriormente referido, verifica-se uma acentuada concentração do investimento em três sectores, "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas," "electricidade, gás e água" e "transportes, armazenagem e comunicações" e em dois tipos de operação, "no capital das empresas" e "créditos, empréstimos e suprimentos", embora sectores e tipo de operação se combinem de modo diverso de ano para ano, como mostra o quadro 2.4.

#### Quadro 2.4

### Principal Sector de Operação do IDPB, em Percentagem do Total

	1996	1997	1998	1999
Principal sector	Produção e distribuição de electricidade, gás e água <b>57,7%</b>	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas <b>85,7%</b>	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas <b>48,2%</b>	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas <b>50,6%</b>
Principal tipo de operação	No capital das empresas <b>94,4%</b>	No capital das empresas <b>92,9%</b>	Crédit., emprést. e suprim. <b>56,2%</b>	No capital das empresas <b>63,5%</b>

Fonte: Banco de Portugal

Para o conjunto do período podem observar-se padrões sectoriais de comportamento diferenciados em relação aos diferentes tipos de operação. Do ponto de vista do investimento bruto (acentuando-se em termos líquidos), as "actividades financeiras", o sector da "electricidade, gás e água" e do "alojamento e restauração" (estes com valores insignificantes) privilegiam quase totalmente as "operações no capital das empresas", ultrapassando a barra dos 90%. Um segundo grupo, constituído pelos sectores das "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas", "indústria transformadora", "comércio", "agricultura" e "outras actividades" aproximam-se ou ultrapassam (no caso dos dois últimos) a barra dos 50% neste tipo de operações.



**Quadr o 2.5****IDPB por Sector e Tipo de Operação 1996-99 (%)****Investimento**

	No capital das emp.	Créditos empréstimos e suprimentos	Operações sob. imóv.	Lucros reinvest.	Outros	Total
AF	98,2	0,3	0,0	1,5	0,0	100,0
AGRIC	54,6	42,3	0,0	0,0	3,1	100,0
ALOJ	92,0	8,0	0,0	0,0	0,0	100,0
CGR	59,4	2,6	3,4	22,5	12,1	100,0
CONST	39,6	19,1	35,2	0,0	6,2	100,0
ELEC	92,9	5,8	0,0	1,3	0,0	100,0
IMOB	51,8	48,0	0,0	0,2	0,0	100,0
IT	54,5	45,5	0,0	0,0	0,0	100,0
OA	60,7	13,9	23,5	0,0	1,8	100,0
PESCA	50,8	45,8	0,0	0,0	3,5	100,0
TRANSP	6,5	93,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	54,5	44,6	0,3	0,5	0,1	100,0

**Desinvestimento**

	No capital das emp.	Créditos empréstimos e suprimentos	Operações sob. imóv.	Lucros reinvest.	Outros	Total
AF	99,5	0,0	0,0	0,5	0,0	100,0
AGRIC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
ALOJ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
CGR	0,0	5,6	0,0	92,9	1,5	100,0
CONST	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
ELEC	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
IMOB	92,1	1,4	0,1	6,4	0,0	100,0
IT	12,5	75,3	0,0	12,2	0,0	100,0
OA	71,7	0,0	27,3	0,0	1,0	100,0
PESCA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
TRANSP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	70,2	10,7	0,3	18,8	0,0	100,0

**Investimento Líquido**

	No capital das emp.	Créditos empréstimos e suprimentos	Operações sob. imóv.	Lucros reinvest.	Outros	Total
AF	98,1	0,3	0,0	1,6	0,0	100,0
AGRIC	54,6	42,3	0,0	0,0	3,1	100,0
ALOJ	92,0	8,0	0,0	0,0	0,0	100,0
CGR	61,6	2,5	3,5	19,9	12,5	100,0
CONST	39,5	19,1	35,2	0,0	6,2	100,0
ELEC	96,5	6,1	0,0	-2,6	0,0	100,0
IMOB	48,3	52,0	0,0	-0,3	0,0	100,0
IT	82,1	25,9	0,0	-8,0	0,0	100,0
OA	59,8	15,2	23,1	0,0	1,9	100,0
PESCA	50,8	45,8	0,0	0,0	3,4	100,0
TRANSP	6,5	93,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	53,5	46,7	0,3	-0,6	0,1	100,0

O grosso do investimento relaciona-se portanto com a existência de novas participações no "capital das empresas" o que é típico de um fluxo de investimento recente. Em geral, os "créditos, empréstimos e suprimentos" que, como referimos, tende a acompanhar aquele, asseguram a parte de leão do restante, com algumas excepções. A "construção" e as "outras actividades" que actuam sob a forma de "operações sobre imóveis" apresentam-se com cerca de 35% e 24% respectivamente. Dois sectores merecem ainda destaque: o "comércio e reparação de automóveis" com cerca de 23% em "lucros reinvestidos" e os "transportes, armazenagem e comunicações" onde a quase totalidade do investimento se operou através da forma de "créditos, empréstimos e suprimentos" (93,5%). As tendências são semelhantes em termos líquidos.

Em relação ao desinvestimento podemos observar o seguinte: nas "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" e nas "actividades financeiras" realiza-se, sobretudo, no "capital das empresas", 92,1% e 99,5%, respectivamente. Na indústria transformadora privilegia-se os "créditos e suprimentos" o que significa que não há retirada de empresas industriais, enquanto na "electricidade, gás e água", ele se opera exclusivamente através dos lucros reinvestidos. O desinvestimento é, no entanto, como já se disse, pouco significativo em termos absolutos.

Em termos globais podemos ver como o IDPB por tipo de operação se distribuiu sectorialmente no período 1996-99 (Quadro 2.6.). Os "créditos, empréstimos e suprimentos" foram realizados quase na totalidade em dois sectores: "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" e "transportes e comunicações". Os "lucros reinvestidos" foram realizados nos sectores da "electricidade, gás e água" e das "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas". Os investimentos "no capital das empresas" foram realizados em três sectores, fundamentalmente: "electricidade gás e água", "actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" e "actividades financeiras". Finalmente as "operações sobre imóveis" foram realizadas no "sector da construção" e nas "outras actividades".

## Quadro 2.6

### Distribuição do IDPB por Tipo de Operação e Sector 1996-99 (%) (valores líquidos)

#### Investimento

	No capital das emp.	Créditos empréstimos e suprimentos	Operações sob. imóv.	Lucros reinvest.	Outros	Total
AF	13,1	0,0	0,0	-19,2	0,2	7,1
AGRIC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
ALOJ	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
CGR	0,5	0,0	4,1	-14,0	<b>48,7</b>	0,4
CONST	0,4	0,2	<b>51,2</b>	0,0	<b>29,8</b>	0,5
ELEC	<b>35,8</b>	2,6	0,0	<b>87,9</b>	1,5	<b>19,8</b>
IMOB	<b>44,8</b>	<b>55,3</b>	3,9	<b>28,7</b>	3,0	<b>49,6</b>
IT	1,9	0,7	0,0	<b>16,5</b>	-0,2	1,2
OA	0,7	0,2	<b>40,8</b>	0,0	11,2	0,6
PESCA	0,1	0,2	0,0	0,0	5,4	0,2
TRANSP	2,5	<b>40,8</b>	0,0	0,0	0	<b>20,4</b>
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Portugal



### 3. O Investimento Directo Português no Brasil Segundo a Perspectiva Brasileira

A importância crescente do investimento directo português no Brasil pode igualmente ser verificada do lado da parte brasileira, a partir dos dados recolhidos pelo Banco Central do Brasil e aos quais só tivemos acesso de forma indirecta a partir de um trabalho publicado pela SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e de Globalização Económica).

De salientar que os números não são directamente comparáveis com os publicados pelo Banco de Portugal e que foram objecto de apresentação nos pontos anteriores, na medida que reflectem critérios de contabilização bastante distintos.

Com efeito, o lado brasileiro não considera como investimento directo as operações de montante inferior a 10 milhões de dólares bem como os empréstimos e suprimentos realizados entre uma filial e a casa-mãe ou entre filiais, os quais são canalizados directamente para a dívida externa.

As diferenças de critérios não alteram, no entanto, as tendências fundamentais que continuam a revelar a presença ascensional dos capitais com origem em Portugal, nos diferentes sectores da actividade económica brasileira.

Assim, confirma-se, em primeiro lugar, o aumento exponencial dos fluxos de investimento directo canalizados para o Brasil, ao longo dos últimos quatro anos, atingindo cerca de 5% do Produto Interno Bruto desta economia no biénio 1998-1999, aparentemente não se fazendo sentir os efeitos da forte desvalorização do real ocorrida em Janeiro de 1999 e da subsequente incerteza associada ao regime cambial existente desde então.

## Quadro 3.1

### Repartição do IDE no Brasil por Macro-sector de Destino 1995-1999

(valores em milhões de USD)

	1995		1996		1997		1998		1999		1996-1999	
	Stock	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%
												Acumul.
Agricultura, pecuária e extracção mineira	5189,3	4,49	110,5	1,44	456,1	2,98	142,5	0,61	428,1	1,5	1137,2	1,52
Indústria	74785,1	64,74	1740,0	22,70	2036,4	13,3	2766,4	11,89	7839,1	27,53	14381,9	19,25
Serviços	35542,1	30,77	5814,9	75,86	12818,6	83,72	20361,9	87,5	20212,4	70,97	59207,8	79,23
<b>Total</b>	<b>115516,5</b>	<b>100</b>	<b>7665,4</b>	<b>100</b>	<b>15311,1</b>	<b>100</b>	<b>23270,8</b>	<b>100</b>	<b>28479,6</b>	<b>100</b>	<b>74726,9</b>	<b>100</b>

Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Começando por analisar, a partir do Quadro 3.1 a distribuição desse investimento pelos diferentes sectores da actividade económica, podem retirar-se algumas conclusões:

- O sector da agricultura, pecuária e extracção mineira apresenta muito naturalmente um escasso peso, representando em termos médios, tão somente 1,5% do capital estrangeiro captado de 1996 a 1999;
- Observa-se uma inversão de posições relativas entre os outros dois sectores, em favor dos serviços. Isto é, enquanto a indústria absorvia cerca de 65% do *stock* de IDE na economia brasileira em 1995, nos anos subsequentes perde capacidade de atracção de uma forma notória, tornando-se destino de apenas 20% dos fluxos acumulados de capital estrangeiro entre 1996 e 1999. Em simultâneo, detecta-se um crescimento exponencial da participação do sector dos serviços, já observada quando da análise das tendências recentes deste fenómeno a nível internacional, na medida em que correspondendo a apenas 30% do *stock* de IDE em 1995, evoluiu para um valor próximo de 80% dos fluxos acumulados após 1996.

O Quadro 3.2 permite-nos analisar com um pouco mais de pormenor as alterações verificadas nestes dois sectores de actividade.

**Quadro 3.2**  
**Perfil Sectorial do IDE no Brasil,**  
**1995-1999**

(valores em milhões de USD)

	1995		1996		1997		1998		1999		1996-1999			
	Stock	% no sector	% no Total	Fluxos	% no Total	Fluxos	% no Total	Fluxos	% no Total	Fluxos	% no Total	Fluxos Acumul.	% no Sector	% no Total
<b>Agric., pecuária e extracção mineira</b>	<b>5189,3</b>	<b>100,0</b>	<b>4,49</b>	<b>110,5</b>	<b>1,44</b>	<b>456,1</b>	<b>2,98</b>	<b>142,4</b>	<b>0,61</b>	<b>428,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1137,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1,52</b>
Extracção de minerais metálicos	2729,3	52,59	2,36	25,8	0,34	337,6	2,20	50,6	0,22	49,7	0,17	463,7	40,78	0,62
Extracção de petróleo e serv. relacionados	83,8	0,99	0,07	46,8	0,61	10,0	0,07	27,0	0,12	302,4	1,06	386,2	33,96	0,52
Agricultura, pecuária e relacionadas	1419,8	27,36	1,23	37,9	0,49	0,0	0,00	0,0	0,00	20,0	0,07	57,9	5,09	0,08
Outros	956,4	18,43	0,83	0,0	0,00	108,5	0,71	64,8	0,28	56,0	0,20	229,4	20,17	0,31
<b>Indústria</b>	<b>74785,1</b>	<b>100,00</b>	<b>64,70</b>	<b>1740,0</b>	<b>22,70</b>	<b>2036,4</b>	<b>13,30</b>	<b>2766,4</b>	<b>11,89</b>	<b>7839,1</b>	<b>27,50</b>	<b>14381,9</b>	<b>100,00</b>	<b>19,25</b>
Automóvel	8374,6	11,20	7,25	286,1	3,73	222,7	1,45	1060,1	4,56	2198,0	7,72	3766,9	26,19	5,04
Produtos químicos	14657,6	19,60	12,69	221,6	2,89	368,2	2,40	355,0	1,53	1497,1	5,26	2441,9	16,98	3,27
Produtos alimentares e bebidas	8205,0	10,97	7,10	185,9	2,43	322,9	2,11	133,1	0,57	1269,8	4,46	1911,7	13,29	2,56
Mat. electrónico e equip. comunicação	2825,7	3,78	2,45	62,1	0,81	185,6	1,21	262,9	1,13	520,1	1,83	1030,7	7,17	1,38
Produtos minerais não-metálicos	3082,1	4,12	2,67	194,9	2,54	207,7	1,36	84,8	0,36	288,8	1,01	776,2	5,40	1,04
Máq. p/ escritório e equip. informática	898,1	1,20	0,78	10,0	0,13	20,0	0,13	49,0	0,21	630,7	2,21	709,7	4,93	0,95
Máquinas e equipamentos	5883,1	7,87	5,09	179,2	2,34	206,6	1,35	174,7	0,75	100,3	0,35	660,9	4,60	0,88
Artigos de borracha e plástico	2468,8	3,30	2,14	30,2	0,39	139,1	0,91	157,4	0,68	322,0	1,13	648,7	4,51	0,87
Máquinas, aparelhos e material eléctrico	2141,0	2,86	1,85	30,2	0,39	138,1	0,90	110,9	0,48	340,2	1,19	619,4	4,31	0,83
Produtos do fumo (1)	1293,6	1,73	1,12	250,0	3,26	0,0	0,00	0,0	0,00	168,5	0,59	418,5	2,91	0,56
Metalurgia básica	8318,5	11,12	7,20	30,2	0,39	0,0	0,00	118,0	0,51	140,8	0,49	289,0	2,01	0,39
Produtos têxteis	1939,6	2,59	1,68	72,8	0,95	50,2	0,33	22,2	0,10	135,0	0,47	280,2	1,95	0,38
Produtos metálicos	2490,7	3,33	2,16	63,7	0,83	0,0	0,00	40,3	0,17	42,3	0,15	146,2	1,02	0,20
Outros equipamentos de transporte	1142,7	1,53	0,99	0,0	0,00	0,0	0,00	90,7	0,39	49,5	0,17	140,2	0,97	0,19
Móveis e indústria diversas	730,6	0,98	0,63	43,4	0,57	43,4	0,28	44,0	0,19	0,0	0,00	130,8	0,91	0,18
Celulose, papel e produtos de papel	8583,9	11,48	7,43	21,9	0,29	0,0	0,00	0,0	0,00	12,5	0,04	34,4	0,24	0,05
Couros, artefactos e calçado	530,7	0,71	0,46	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00
Outros	1218,5	1,63	1,05	57,8	0,75	131,9	0,86	63,4	0,27	123,5	0,43	376,5	2,62	0,50
<b>Serviços</b>	<b>35542,1</b>	<b>100,00</b>	<b>30,80</b>	<b>5814,9</b>	<b>75,86</b>	<b>12818,6</b>	<b>83,72</b>	<b>20361,9</b>	<b>87,50</b>	<b>20212,4</b>	<b>71,00</b>	<b>59207,8</b>	<b>100,00</b>	<b>79,23</b>
Serviços prestados às empresas	13494,0	37,97	11,68	2015,9	26,30	5350,8	34,95	6217,5	26,72	3343,9	11,74	16928,1	28,59	22,65
Telecomunicações	893,9	2,36	0,73	611,2	7,97	831,3	5,43	2565,0	11,02	7834,2	27,51	11841,7	20,00	15,85
Electricidade, gás e água	788,9	2,22	0,68	1626,4	21,22	3554,4	23,21	2201,6	9,46	2969,6	10,43	10351,9	17,48	13,85
Intermediação financeira	5836,2	16,42	5,05	379,5	4,95	1596,2	10,43	5916,5	25,42	1676,9	5,89	9569,1	16,16	12,81
Com. atacadista e intermediários (2)	5077,6	14,29	4,40	207,0	2,70	690,6	4,51	1089,1	4,68	1568,7	5,51	3555,4	6,01	4,76
Comércio varejista e rep. objectos (3)	1866,7	5,25	1,62	406,0	5,30	84,5	0,55	1108,6	4,76	1113,8	3,91	2712,9	4,58	3,63
Auxiliares financeiros	678,7	1,91	0,59	36,1	0,47	60,0	0,39	476,8	2,05	534,5	1,88	1107,4	1,87	1,48
Informática e relacionadas	118,2	0,33	0,10	10,8	0,14	124,7	0,81	353,2	1,52	85,9	0,30	574,6	0,97	0,77
Construção	1323,1	3,72	1,15	0,0	0,00	53,1	0,35	171,4	0,74	293,8	1,03	518,3	0,88	0,69
Comércio e reparação de veículos	225,8	0,64	0,20	16,3	0,21	176,9	1,16	0,0	0,00	262,3	0,92	455,5	0,77	0,61
Actividades imobiliárias	2841,8	8,00	2,46	82,9	1,08	40,4	0,26	25,7	0,11	83,6	0,29	232,6	0,39	0,31
Hotelaria e alimentação	878,1	2,47	0,76	35,9	0,47	0,0	0,00	20,6	0,09	25,7	0,09	82,2	0,14	0,11
Aluquer de veículos, máq./equipamentos	775,2	2,18	0,67	16,7	0,22	35,2	0,23	0,0	0,00	0,0	0,00	51,9	0,09	0,07
Outros	798,5	2,25	0,69	370,2	4,83	220,5	1,44	216,1	0,93	419,6	1,47	1226,3	2,07	1,64
<b>Total</b>	<b>115516,4</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>7665,4</b>	<b>100,00</b>	<b>15311,1</b>	<b>100,00</b>	<b>23270,7</b>	<b>100,00</b>	<b>28479,6</b>	<b>100,00</b>	<b>74726,9</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Segundo a denominação portuguesa: (1) Indústria do Tabaco; (2) Comércio por Grosso; (3) Comércio a Retalho

Fonte: carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Assim, centrando-nos nas alterações ocorridas no seio do sector industrial, pode salientar-se o comportamento da "fabricação e montagem de veículos automóveis" e da "fabricação de produtos alimentares e bebidas", nomeadamente da primeira rubrica cujo peso relativo mais que duplicou no período em análise, atingindo os 26% do IDE realizado na indústria, e onde os principais investidores em 1998 e 1999 foram a Itália e os Estados Unidos. Igualmente dignos de destaque são ainda a "fabricação de produtos químicos" e a "metalurgia básica" que perdem relevância enquanto destino do capital estrangeiro, facto particularmente vincado neste último sector cuja participação nos fluxos de investimento entre 1996 e 1999 se reduziu a um quinto do *stock* referente ao ano de 1995.

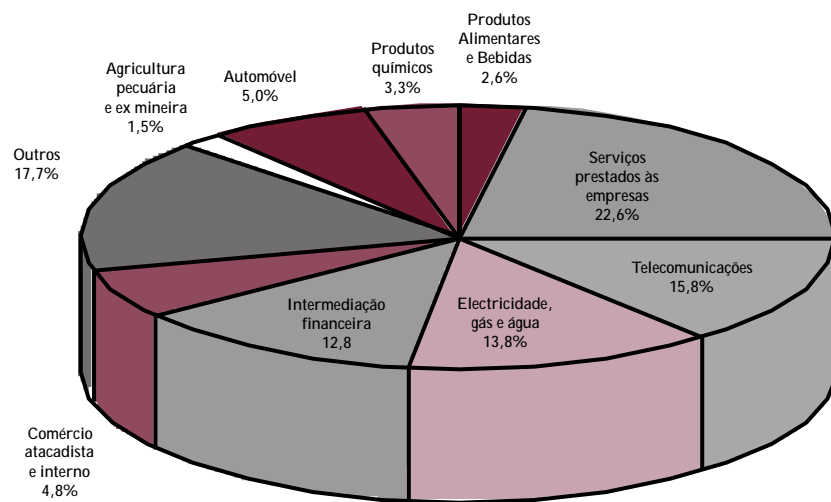
Já no que se reporta aos serviços, é assinalável o desempenho dos "serviços prestados às empresas" que por si só representaram mais do que o sector industrial inteiro no período que mediou entre 1996 e 1999, absorvendo quase 23% dos fluxos acumulados de capital estrangeiro recepcionados pelo Brasil e duplicando assim a posição que tinha no ano de 1995, em termos de *stocks* de IDE. Haverá contudo a ressalvar o facto de esta rubrica poder encontrar-se sobrevalorizada, pois, como já dissemos antes, os investimentos aí classificados são maioritariamente realizados por *holdings* com participações accionistas em empresas industriais. Isto é, tratando-se de sociedades gestoras de participações sociais, acabam por ser incluídas no sector de serviços, mesmo que a sua actividade de raiz seja de natureza industrial.

Por seu turno, a "intermediação financeira", que ocupava, em 1995, a segunda posição em matéria de *stock* de IDE no sector dos serviços, apresentou um comportamento similar, tendo mais que duplicado a sua quota-parte nos fluxos de investimento produtivo externo absorvidos pelo Brasil no período 1996-1999. No conjunto do sector, caiu porém para quarto lugar em termos de capitais externos recebidos, sendo ultrapassado pelo "correio e telecomunicações" e "electricidade, gás e água", actividades cujo peso era praticamente inexistente em 1995, tanto na totalidade da economia como no âmbito dos serviços, mas passaram a absorver uma parte significativa dos fluxos acumulados entre 1996 e 1999, respectivamente 16% e 14% do total captado ou 20% e 17% referentes ao sector dos serviços. A este aumento não é alheia a abertura que se verificou nestes sectores ao capital externo no âmbito do desenvolvimento do processo de privatizações.



Esta mesma distribuição do capital estrangeiro pelos diferentes sectores da economia brasileira pode ser observada na Fig. 3.1, onde se evidencia que os quatro primeiros lugares pertencem a actividades pertencentes ao sector dos serviços (serviços prestados às empresas; telecomunicações; electricidade, gás e água e intermediação financeira) e só depois surgem os primeiros representantes do sector industrial.

**Fig. 3.1**  
**Repartição Sectorial do IDE no Brasil,**  
**1996-1999 (%)**



Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Por sua vez, os dados relativos unicamente ao ano de 1999, apresentados no Quadro 3.3, não evidenciam grandes alterações relativamente ao que foi apresentado, com as telecomunicações e os serviços prestados às empresas a invertermem as suas posições relativas e a electricidade, gás e água a permanecer como o terceiro sector com maior grau de penetração de capitais estrangeiros na economia brasileira.

### Quadro 3.3 Maiores Sectores Receptores de Fluxos de IDE no Brasil, 1999

Actividade Económica	Valor	%
Telecomunicações	7834,2	27,51
Serviços prestados às empresas	3343,9	11,74
Electricidade, gás e água	2969,6	10,43
Automóvel	2198,0	7,72
Intermediação financeira	1676,9	5,89
Comércio atacadista e intermediários	1568,7	5,51
Produtos químicos	1497,1	5,26
Produtos alimentares e bebidas	1269,8	4,46
Comércio varejista e reparação objectos	1113,8	3,91
Máquinas p/escritório e equip. informática	630,7	2,21
Auxiliares financeiros	534,5	1,88
Material electrónico e equip. comunicação	520,1	1,83
Máquinas, aparelhos e material eléctrico	340,2	1,19
Artigos de borracha e plástico	322,0	1,13
Extracção de petróleo e serviços relacionados	302,4	1,06
Construção	293,8	1,03
Produtos minerais não metálicos	288,8	1,01
Outros	1775,1	6,23
<b>Total</b>	<b>28479,6</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Uma outra análise relevante, neste contexto, refere-se à distribuição do investimento directo estrangeiro no Brasil pelos respectivos países de origem, que pode ser observada no Quadro 3.4.

### Quadro 3.4 Repartição Geográfica do IDE no Brasil, 1995-1999

	31-12-95		1996		1997		1998		1999		1996-1999	
	Stock	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos Acumul.	%
Estados Unidos	21810,9	27,98	1975,4	25,77	4382,3	28,62	4692,5	20,16	8370,8	29,39	19420,9	25,99
Espanha	133,2	0,17	586,6	7,65	545,8	3,56	5120,2	22,00	5702,2	20,02	11954,8	16,00
Holanda	4906,6	6,29	526,8	6,87	1487,9	9,72	3365,0	14,46	2055,5	7,22	7435,2	9,95
França	3384,6	4,34	970	12,65	1235,2	8,07	1805,4	7,76	1986,3	6,97	5996,9	8,03
Portugal	137,0	0,18	202,7	2,64	681,0	4,45	1755,1	7,54	2621,4	9,20	5260,2	7,04
Reino Unido	3820,4	4,90	91,5	1,19	182,5	1,19	127,9	0,55	1268,8	4,46	1670,7	2,24
Alemanha	8395,1	10,77	212,0	2,77	195,9	1,28	412,8	1,77	487,8	1,71	1308,5	1,75
Bélgica	1000,9	1,28	111,5	1,45	135,6	0,89	950,4	4,08	62,2	0,22	1259,7	1,69
Itália	2771,8	3,56	12,3	0,16	57,4	0,37	646,6	2,78	408,5	1,43	1124,8	1,51
Japão	7501,9	9,62	192,2	2,51	342,1	2,23	277,8	1,19	274,3	0,96	1086,3	1,45
Suécia	1437,3	1,84	126,0	1,64	268,6	1,75	239,2	1,03	381,5	1,34	1015,3	1,36
Suíça	5106,5	6,55	108,8	1,42	81,2	0,53	217,0	0,93	516,3	1,81	923,3	1,24
Canadá	2584,1	3,31	118,5	1,55	66,2	0,43	278,6	1,2	445,4	1,56	908,0	1,22
Argentina	371,4	0,48	30,1	0,39	186,9	1,22	113,3	0,49	93,4	0,33	423,7	0,57
Paraisos Fiscais*	5450,5	6,99	1125,2	14,67	4086,5	26,68	2161,6	9,29	2780,4	9,76	10153,7	13,59
Outros Países	9145,0	11,7	1275,8	16,64	1376,0	8,99	1107,3	4,76	1025,0	3,6	4784,1	6,4
<b>Total</b>	<b>77957,1</b>	<b>100,00</b>	<b>7665,4</b>	<b>100,00</b>	<b>15311,1</b>	<b>100,00</b>	<b>23270,8</b>	<b>100,00</b>	<b>28479,6</b>	<b>100,00</b>	<b>74726,9</b>	<b>100,00</b>

\* Ilhas Cayman, Ilhas Virgens, Bahamas e Bermudas

Fonte: carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Entre os principais aspectos a salientar, ressalta o facto de os Estados Unidos constituírem o principal investidor estrangeiro, representando cerca de 30% do capital aplicado no país, tanto em termos de *stock* no ano de 1995 como a nível dos fluxos acumulados no período 1996-1999. Por seu turno, ao invés dos EUA, observa-se que economias como a Alemanha, Japão e Suíça viram deteriorar-se a sua posição relativa enquanto origem dos fluxos de IDE no Brasil, pois enquanto o seu peso em termos de *stock* em 1995 era, respectivamente de 11%, 10% e 7%, nos anos subsequentes nenhum destes países representou em termos médios ou isoladamente mais de 2% do total de capital estrangeiro acolhido.

Sempre em comparação com o *stock* relativo ao ano-base de 1995, é ainda visível pelo quadro supra que a Holanda e a França vêm incrementando significativamente a sua posição relativa, situando-se em termos de fluxos acumulados no quadriénio 1996-1999 como os 3º e 4º maiores investidores externos.

Também se pode confirmar a relevância crescente dos capitais provenientes dos países ibéricos. De facto, enquanto Espanha e Portugal respondiam, em 1995, por menos de 1% do *stock* total de capital estrangeiro, passaram a representar respectivamente 16% e 7% dos fluxos acumulados no período 1996-1999 e constituíram mesmo, em 1999, o 2º e 3º investidores na economia brasileira, conforme se pode ver no Quadro 3.5.

### Quadro 3.5 Maior es Países Investidores Directos no Brasil, 1999

(valor es em milhões de USD)

País	Valor	%
Estados Unidos	8370,77	29,39
Espanha	5702,20	20,02
Portugal	2621,36	9,20
Holanda	2055,47	7,22
França	1986,25	6,97
Reino Unido	1268,83	4,46
Suíça	512,26	1,81
Alemanha	487,84	1,71
Canadá	445,37	1,56
Itália	408,51	1,43
Outros	4616,74	16,21
<b>Total</b>	<b>28479,59</b>	<b>100</b>

Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Quando cruzamos no Quadro 3.6 os dados relativos a países de origem do IDE e sectores de destino do mesmo, essa predominância apresenta-se notória, estando os EUA presentes de uma forma razoavelmente homogénea nos principais sectores da actividade económica brasileira, na maioria das vezes ocupando o primeiro ou segundo lugares.

**Quadro 3.6**

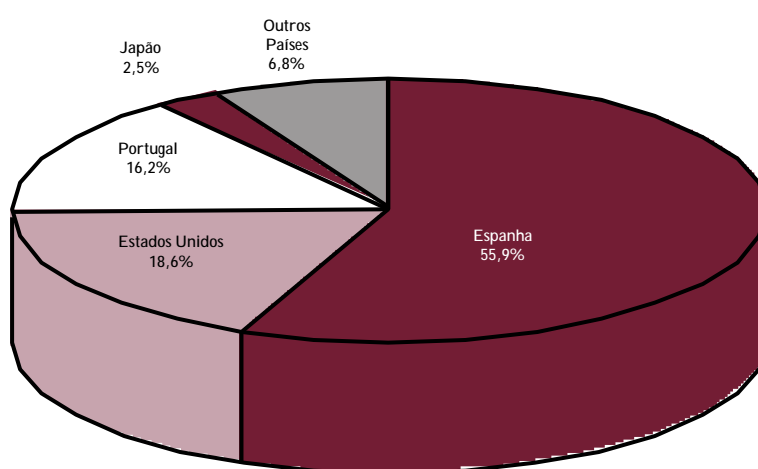
**Distribuição do IDE no Brasil por Sector de Destino e País de Origem**

(Valores em milhões USD)

ACTIVIDADE ECONÓMICA	PAÍS	1998			PAÍS	Jan-Set 99		
		VALOR	% DO SECTOR	SUB-TOTAL		VALOR	% DO SECTOR	SUB-TOTAL
Telecomunicações	Estados Unidos	1118,24	43,60		Espanha	4651,30	62,56	
	Espanha	935,69	36,48		Portugal	1624,28	21,85	
	Itália	108,88	4,24		Estados Unidos	746,17	10,04	
	Japão	107,22	4,18		Japão	138,20	1,86	
	Holanda	28,88	1,13		Holanda	51,24	0,69	
	Outros Países	266,05	10,37	<b>2564,96</b>	Outros Países	223,56	3,01	<b>7434,76</b>
Electricidade, gás e água	Ilhas Cayman	1018,21	46,25		Reino Unido	1048,61	37,49	
	Estados Unidos	436,79	19,84		Estados Unidos	716,65	25,62	
	Espanha	368,02	16,72		Portugal	219,74	7,86	
	Chile	253,13	11,50		Espanha	94,71	3,39	
	Outros Países	125,42	5,70	<b>2201,57</b>	Chile	52,85	1,89	
					Outros Países	664,25	23,75	<b>2796,82</b>
Serviços prestados a empresas	Estados Unidos	1197,73	19,26		Holanda	788,21	35,55	
	Portugal	1024,18	16,47		Estados Unidos	298,46	13,46	
	Espanha	1109,19	16,23		Portugal	211,20	9,52	
	Bélgica	920,41	14,80		Suécia	137,45	6,20	
	Holanda	767,11	12,34		Espanha	107,00	4,83	
	Outros Países	1298,85	20,89	<b>6217,48</b>	Outros Países	675,17	30,45	<b>2217,49</b>
Comércio atacadista e intermediários	França	698,30	64,11		Holanda	278,94	35,22	
	Estados Unidos	289,99	26,63		Estados Unidos	236,42	29,85	
	Reino Unido	43,40	3,98		Suíça	46,50	5,87	
	Holanda	34,53	3,17		Alemanha	33,36	4,21	
	Chile	11,83	1,09		França	27,71	3,50	
	Outros Países	11,09	1,02	<b>1089,14</b>	Outros Países	169,00	21,34	<b>791,92</b>
Comércio varejista e reparação objectos	Espanha	332,53	30,00		França	549,16	81,96	
	Holanda	317,52	28,64		Estados Unidos	65,53	9,78	
	Portugal	315,40	28,45		Canadá	28,18	4,21	
	Estados Unidos	65,99	5,95		Uruguai	13,95	2,08	
	França	14,15	1,28		Ilhas Cayman	13,24	1,98	<b>670,06</b>
	Outros Países	63,00	5,68	<b>1108,57</b>				
Intermediação financeira	Espanha	2434,03	41,14		Estados Unidos	269,07	45,19	
	Holanda	2022,76	34,19		Alemanha	147,16	24,72	
	Portugal	407,53	6,89		França	74,33	12,48	
	França	237,82	4,02		Portugal	53,46	8,98	
	Estados Unidos	207,63	3,51		Japão	13,52	2,27	
	Outros Países	606,71	10,25	<b>5916,48</b>	Outros Países	37,89	6,36	<b>595,43</b>
Produtos químicos	Alemanha	90,00	25,35		Estados Unidos	292,19	51,41	
	Estados Unidos	71,40	20,11		Canadá	78,50	13,81	
	Reino Unido	44,50	12,54		Reino Unido	40,30	7,09	
	Canadá	40,00	11,27		Alemanha	21,00	3,07	
	França	26,17	7,37		França	19,35	3,40	
	Outros Países	82,90	23,35	<b>354,97</b>	Outros Países	116,98	20,58	<b>568,32</b>
Automóvel	Itália	382,69	36,10		Estados Unidos	196,00	43,91	
	Estados Unidos	277,77	26,20		Itália	134,36	30,1	
	Suécia	140,00	13,21		França	55,47	12,43	
	Japão	71,56	6,75		Espanha	34,81	7,80	
	Alemanha	57,09	5,39		Alemanha	23,82	5,34	
	Outros Países	130,94	12,35	<b>1060,06</b>	Canadá	1,90	0,43	<b>446,35</b>
Auxiliares financeiros	França	381,17	79,95		Estados Unidos	214	47,34	
	Suíça	60,00	12,58		França	161,83	35,80	
	Estados Unidos	11,88	2,49		Portugal	65,20	14,43	
	Outros Países	23,71	4,97	<b>476,76</b>	Ilhas Virgens	10,99	2,43	<b>452,02</b>
Material electrónico e equip, comunicação	Estados Unidos	133,92	50,94		Estados Unidos	240,73	85,45	
	Canadá	75,00	28,53		Panamá	25,00	8,87	
	Coreia do Sul	54,00	20,54	<b>262,92</b>	Coreia do Sul	16,00	5,68	<b>281,73</b>
Informática e relacionadas	Estados Unidos	353,17	100	<b>353,17</b>	Estados Unidos	49,32	100	<b>49,32</b>
Máquinas e equipamentos	Estados Unidos	121,02	69,26		Alemanha	35,41	77,98	
	Alemanha	29,66	16,98		Estados Unidos	5,5	12,11	
	Holanda	14,04	8,04		Panamá	4,5	9,91	<b>45,41</b>
	Ilhas Cayman	10,00	5,72	<b>174,72</b>				
Outros sectores			<b>1489,96</b>				<b>2268,05</b>	
<b>Total</b>			<b>23270,78</b>				<b>18617,69</b>	

Desta forma, se tomando unicamente em consideração os dados apresentados pelo Banco de Portugal, ainda poderiam existir dúvidas quanto à ascensional presença portuguesa nos principais sectores da actividade económica brasileira, tal facto acaba por ser corroborado pelos gráficos abaixo, construídos com base na informação contida no Quadro 3.6.

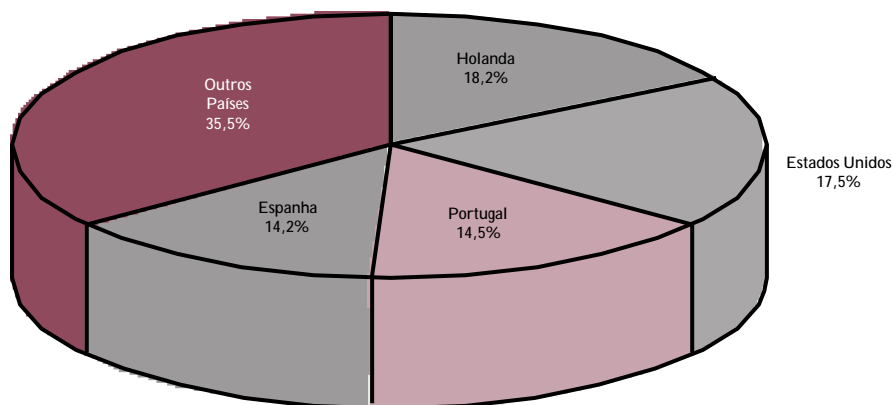
**Fig. 3.2**  
**IDE no Sector das Telecomunicações, Fluxos**  
**1998-Setembro a 1999 (%)**



Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000

Nas telecomunicações, onde ocupa a 3ª posição no *ranking* dos países investidores externos e possui uma parcela elevada do investimento estrangeiro total efectuado (16,2%), o peso do IDPB não se afigura demasiado surpreendente, em virtude do vultuoso investimento efectuado pela Portugal Telecom neste mercado, nomeadamente pela aquisição do principal operador móvel de telecomunicações.

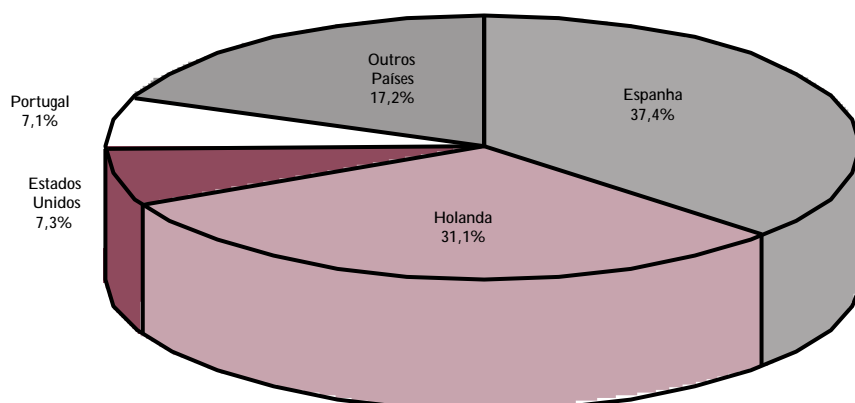
**Fig. 3.3**  
**IDE nos Serviços Prestados às Empresas, Fluxos**  
**1998-Setembro 1999 (%)**



Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 20000

Por sua vez, no âmbito dos serviços prestados às empresas, em que Portugal ocupa idêntica posição relativa a nível dos principais países investidores, com 14,5% do investimento externo efectuado, a sua importância encontra-se associada ao facto de funcionar, nomeadamente pela constituição de *holdings* e consórcios, como apoio geral aos investimentos realizados noutros sectores.

**Fig. 3.4**  
**IDE no Sector de Intermediação Financeira,**  
**Fluxos 1998-Setembro 1999 (%)**



Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 20000

Finalmente, a nível da actividade financeira onde Portugal se constitui como o 4º principal investidor externo desde o ano de 1998 (com 7,1% do investimento estrangeiro efectuado no sector), o mesmo encontra-se fortemente relacionado com a actuação no mercado brasileiro da Caixa Geral de Depósitos e, em menor escala, do Banco Espírito Santo.

Para concluir, o Quadro 3.7. apresenta uma distribuição sectorial detalhada da parcela de cada país investidor no Brasil, em 1999, ordenados pelas posições relativas evidenciadas no Quadro 3.5. e onde E.U.A., Espanha e Portugal ocupam, por esta ordem, os lugares de topo com 29,39%, 20,02% e 9,2% do investimento total realizado.

Neste quadro aparece evidenciada a preferência portuguesa pelas actividades acima analisadas (telecomunicações, financeira e serviços prestados às empresas) embora outros sectores com forte potencial de crescimento comecem também a adquirir alguma relevância. Tal é o caso da electricidade, gás e água, em resultado da intervenção da EDP ao nível da produção e distribuição de electricidade, e também dos produtos químicos onde, em virtude dos avultados investimentos efectuados, a Cimpor detém uma significativa quota de mercado, rondando os 10%.



**Quadro 3.7**  
**Distribuição do IDE no Brasil por País de Origem e**  
**Sector de Destino , 1999**

<b>Actividade Económica</b>	<b>Valor</b>	<b>% País</b>	<b>% Total</b>
<b>ESTADOS UNIDOS</b>			
Automóvel	1254,38	14,99	4,40
Serviços prestados a empresas	942,91	11,26	3,31
Telecomunicações	897,86	10,73	3,15
Electricidade, gás e água	752,41	8,99	2,64
Máquinas p/escritório e equip, informática	630,67	7,53	2,21
Produtos químicos	610,48	7,29	2,14
Comércio atacadista e intermediários	543,31	6,49	1,91
Intermediação financeira	449,43	5,37	1,58
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	280,53	3,35	0,99
Material electrónico e equip, comunicação	277,32	3,31	0,97
Auxiliares financeiros	247,23	2,95	0,87
Actividades recreativas, culturais e desportivas	218,1	2,61	0,77
Produtos alimentares e bebidas	180,64	2,16	0,63
Produtos do fumo	168,45	2,01	0,59
Comércio e reparação de veículos	141,36	1,69	0,50
Comércio varejista e reparação de objectos	112,23	1,34	0,39
Artigos de borracha e plástico	109,33	1,31	0,38
Extracção de petróleo e serviços relacionados	100,51	1,2	0,35
Outros sectores	453,62	5,42	1,59
<b>Total</b>	<b>8370,77</b>	<b>100,00</b>	<b>29,39</b>
<b>ESPANHA</b>			
Telecomunicações	4694,01	82,32	16,48
Serviços prestados a empresas	271,30	4,76	0,95
Produtos minerais não metálicos	220,18	3,86	0,77
Intermediação financeira	175,00	3,07	0,61
Electricidade, gás e água	167,87	2,94	0,59
Outros sectores	173,85	3,05	0,61
<b>Total</b>	<b>5702,20</b>	<b>100,00</b>	<b>20,02</b>
<b>PORTUGAL</b>			
Telecomunicações	1624,28	61,96	5,7
Produtos químicos	313,87	11,97	1,10
Electricidade, gás e água	224,78	8,57	0,79
Serviços prestados a empresas	211,2	8,06	0,74
Auxiliares financeiros	114,45	4,37	0,4
Intermediação financeira	108,11	4,12	0,38
Outros sectores	24,68	0,94	0,9
<b>Total</b>	<b>2621,37</b>	<b>100,00</b>	<b>9,20</b>

Continua na página seguinte

<b>Actividade Económica</b>	<b>Valor</b>	<b>% País</b>	<b>% Total</b>
<b>HOLANDA</b>			
Serviços prestados a empresas	846,71	41,19	2,97
Intermediação financeira	369,00	17,95	1,30
Comércio atacadista e intermediários	339,44	16,51	1,19
Produtos alimentares e bebidas	325,38	15,83	1,14
Extracção de petróleo e serviços relacionados	99,86	4,86	0,35
Telecomunicações	51,24	2,49	0,18
Outros sectores	23,83	1,16	0,08
<b>Total</b>	<b>2055,46</b>	<b>100,00</b>	<b>7,21</b>
<b>FRANÇA</b>			
Comércio varejista e reparação de objectos	786,57	39,60	2,76
Intermediação financeira	323,12	16,27	1,13
Serviços prestados a empresas	168,96	8,51	0,59
Auxiliares financeiros	161,83	8,15	0,57
Produtos alimentares e bebidas	160,37	8,07	0,56
Comércio atacadista e intermediários	85,63	4,31	0,30
Produtos químicos	74,49	3,75	0,26
Automóvel	69,97	3,52	0,25
Construção	56,00	2,82	0,20
Edição, impressão e reprodução de gravações	32,39	1,63	0,11
Electricidade, gás e água	28,28	1,42	0,10
Outros sectores	39,64	1,95	0,14
<b>Total</b>	<b>1987,25</b>	<b>100,00</b>	<b>6,97</b>
<b>REINO UNIDO</b>			
Electricidade, gás e água	1048,61	82,64	3,68
Produtos alimentares e bebidas	47,10	3,71	0,17
Produtos químicos	42,70	3,37	0,15
Intermediação financeira	40,62	3,20	0,14
Comércio atacadista e intermediários	23,20	1,83	0,08
Extracção de minerais metálicos	20,63	1,63	0,07
Fabr. Produtos minerais não metálicos	18,90	1,49	0,07
Extracção de petróleo e serviços relacionados	15,30	1,21	0,05
Máquinas e equipamentos	11,77	0,93	0,04
<b>Total</b>	<b>1268,83</b>	<b>100,00</b>	<b>4,45</b>
<b>SUIÇA</b>			
Construção	237,8	46,06	0,83
Automóvel	80,36	15,57	0,28
Comércio atacadista e intermediários	58,37	11,31	0,20
Produtos têxteis	46,58	9,02	0,16
Produtos minerais não metálicos	45,00	8,72	0,16
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	17,00	3,29	0,06
Produtos químicos	16,15	3,13	0,06
Máquinas e equipamentos	15,00	2,91	0,05
<b>Total</b>	<b>516,26</b>	<b>100,00</b>	<b>1,81</b>

<b>Actividade Económica</b>	<b>Valor</b>	<b>% País</b>	<b>% Total</b>
<b>ALEMANHA</b>			
Intermediação financeira	147,16	30,17	0,52
Comércio e reparação de veículos	93,74	19,21	0,33
Automóvel	47,06	9,65	0,17
Comércio atacadista e intermediários	40,36	8,27	0,14
Produtos químicos	36,00	7,38	0,13
Máquinas e equipamentos	35,41	7,26	0,12
Produtos metálicos	23,08	4,73	0,08
Outros equipam. transporte	19,25	3,95	0,07
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	18,87	3,87	0,07
Extracção de minerais metálicos	18,87	3,87	0,07
Extracção de minerais não metálicos	8,03	1,65	0,03
<b>Total</b>	<b>487,83</b>	<b>100,00</b>	<b>1,71</b>
<b>CANADÁ</b>			
Material electrónico e equip. comunicação	182,30	40,93	0,64
Produtos químicos	140,50	31,55	0,49
Telecomunicações	80,80	18,14	0,28
Comércio varejista e reparação de objectos	32,75	7,35	0,12
Comércio atacadista e intermediários	6,45	1,45	0,02
Automóvel	2,56	0,57	0,01
<b>Total</b>	<b>445,36</b>	<b>100,00</b>	<b>1,56</b>
<b>ITÁLIA</b>			
Automóvel	155,29	38,01	0,55
Comércio varejista e reparação de objectos	142,63	34,91	0,50
Serviços prestados a empresas	65,66	16,07	0,23
Telecomunicações	27,93	6,84	0,10
Produtos alimentares e bebidas	17,00	4,16	0,06
<b>Total</b>	<b>408,51</b>	<b>100,00</b>	<b>1,44</b>
<b>JAPÃO</b>			
Telecomunicações	177,92	64,87	0,62
Automóvel	54,40	19,84	0,19
Seguros e previdência privada	16,43	5,99	0,06
Intermediação financeira	13,52	4,93	0,05
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	12,00	4,38	0,04
<b>Total</b>	<b>274,27</b>	<b>100,00</b>	<b>0,96</b>
<b>ARGENTINA</b>			
Extracção de petróleo e serviços relacionados	71,26	76,31	0,25
Comércio atacadista e intermediários	15,61	16,72	0,05
Serviços prestados a empresas	5,00	5,35	0,02
Telecomunicações	1,50	1,61	0,01
<b>Total</b>	<b>93,37</b>	<b>100,00</b>	<b>0,33</b>
<b>CHILE</b>			
Electricidade, gás e água	52,85	77,55	0,19
Edição, impressão e reprodução de gravações	15,18	22,27	0,05
Produtos de madeira	0,12	0,17	0,00
<b>Total</b>	<b>68,15</b>	<b>100,00</b>	<b>0,24</b>
<b>OUTROS PAÍSES</b>	<b>4180,94</b>	<b>100,00</b>	<b>14,68</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28479,6</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

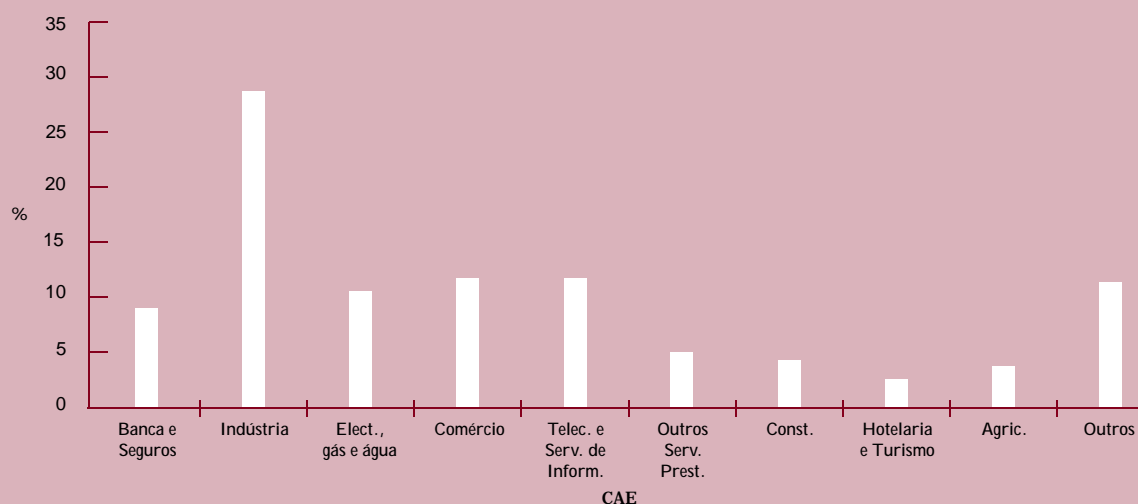
Fonte: Carta da SOBEET, Edição Bimestral 2000



## 4. As Empresas Portuguesas no Brasil

O gráfico que se segue mostra a distribuição sectorial das principais empresas brasileiras de capitais portugueses. Como se pode verificar a "indústria transformadora" representa o principal sector em termos numéricos, seguindo-se o "comércio" e as actividades de "telecomunicações e de serviços relacionados com a actividade informática". A importância deste último, tratando-se de actividades relacionadas como o que se denomina de nova economia, sublinha alguma dinâmica registada neste sector em Portugal, apesar de muito recente. Por outro lado, a importância numérica do sector da indústria transformadora, quando comparado com a sua menor importância em termos de fluxos de investimento, relaciona-se com dificuldades de contabilização já referida e provavelmente com a menor escala das empresas industriais.

**Fig. 4.1**  
**Distribuição Sectorial das Principais Empresas com Capital Português no Brasil**



Fonte: Elaboração própria

A "electricidade, gás e água" bem como a "banca e seguros" não deixam por seu lado de ter uma participação significativa. De notar igualmente a reduzida importância do sector da hotelaria e turismo o que não deixa de ser paradoxal se tivermos em conta quer as notáveis potencialidades do turismo brasileiro quer a experiência e tradição já existentes neste sector em Portugal.

## 4.1 As Empresas Portuguesas no Brasil: Algumas Observações Sectoriais

Faremos de seguida referência a algumas das principais empresas investidoras no Brasil procurando situá-las nos sectores em que exercem o fundamental das suas actividades.

No sector bancário, a CGD, o grupo Espírito Santo têm dominado claramente a presença portuguesa no Brasil, com comportamentos muito semelhantes até quando recentemente alteraram profundamente a sua estratégia no Brasil. Esta alteração consagra, de resto, os primeiros fracassos da recente redescoberta do Brasil pelo capital português, acabando-se com as veleidades de liderança remetendo-se aquele a meras participações mais ou menos significativas. É provável que as razões do fracasso se prendam com os salários excessivamente elevados dos quadros superiores, mais elevados do que na Europa, localizações muito caras e sobretudo a concorrência estranguladora dos grandes bancos nacionais.

A CGD é o principal grupo financeiro português no Brasil detendo importantes participações no Banco Itaú ( 4,8% das acções e 8,1% do capital votante) e no Unibanco, (cerca de 14% com 10% do capital votante) após a venda do Banco Bandeirantes (300 milhões de Dólares de activos). Este último, constituindo-se como um banco de retalho de médio porte (11º lugar no *ranking*), com um peso mais significativo no Nordeste, foi recentemente vendido, após uma tentativa frustrada de consolidação que se revelou mais difícil do que se previa, tendo levado a sucessivos aumentos de capital.

O Grupo Espírito Santo, com uma história antiga de actividade diversa no Brasil, intervindo através Banco Internacional de Investimentos e da Casa Schroders Monteiro, acaba de vender o Banco Boavista Inter Atlântico, do Rio de Janeiro (12º lugar no *ranking*) onde detinha 27,15%, após uma tentativa frustrada de reanimação.

O Banif age através do Banif Brasil e do Banco Primus (23 milhões de Dólares) o qual, sendo embora de reduzida dimensão se encontra em fase de expansão com autorização para a abertura de 10 novos balcões. O Banif é agora o único grupo português detentor de um banco sediado no Brasil.

O BCP, através do CISF e de uma representação do BPA, o Totta e Açores e o Banco Finantia, através de delegações, exercem uma actividade muito reduzida no Brasil, centrada em São Paulo.

Na actividade seguradora a presença portuguesa é ainda muito mais limitada do que na Banca. O Grupo Amorim através do controle da Wood-Interbrook e o Grupo Espírito Santo através da Inter-Atlântico e da Tranquilidade são aparentemente os únicos representantes portugueses nesta área de negócio.

Nas telecomunicações houve igualmente uma intervenção importante sobretudo através da PT. Neste sector a palavra de ordem é expansão. A importância da Portugal Telecom, traduz-se no controle da Telesp Celular (tendo adquirido 64% equivalente a 2,3 mil milhões de dólares) principal operador móvel de telecomunicações do Brasil, o que constitui o maior investimento de uma empresa portuguesa no Brasil. A perspectiva é ainda a de reforçar esta presença através da troca dos 35,8% que a Telefónica detém, pela participação da PT na Telesp fixa (19% do capital votante equivalente a 1,28 mil milhões de dólares). A Ceterp Celular da região de Ribeirão Preto (Estado de S. Paulo) e a CRT – Companhia Rio Gradeasse de Telecomunicações, com cerca de 20% equivalente a num valor de 450 milhões de dólares, constituem outros investimentos da empresa no Brasil. Tratam-se de investimentos muito significativos mesmo à escala do Brasil. A Mobile, igualmente controlada pela PT através da Margino, operando na área do "paging", com um valor de 12 milhões de dólares constitui um caso difícil cujo futuro é muito incerto. A Marconi participa ainda com a Embratel e um conjunto de empresas de nove países no lançamento do Cabo Submarino Atlantis II.

Os grupos Nelson Quintas filho, NQF Energia e Tecnitron são outros casos de empresas interessadas nesta área de actividade mas ainda com intervenções de âmbito mais reduzido. A Ensitel mais vocacionada para a comercialização de produtos de telecomunicações, designadamente de telefones portáteis, desenvolve presentemente projectos muito ambiciosos (30 lojas até ao final do ano 2000).

Por outro lado, a Finapar-Easyphone, e a Pararede através da ParaNet, da SMD e da recém adquirida EZ Made, desenvolvem uma actividade crescente nos domínios da informática, dos *call centers* e da *internet*. Procuram afirmar-se num sector de concorrência extraordinário mas igualmente de imensas oportunidades.

No sector da electricidade, saneamento, gás e água, os investimentos portugueses têm expressão significativa, embora relativamente limitada no conjunto do país.

Ao nível do sector energético são de salientar três vertentes.

Por um lado através da CGDE (aliança da CGD (40%) e da HLC (60%)) o investimento português dirige-se para construção de centrais de porte reduzido e de tipo não convencional, como a da Coca-Cola do Recife. Esta área de negócio parece francamente prometedora e os projectos de expansão não faltam.

Por outro lado, a EDP intervém na área da produção e distribuição de electricidade, designadamente, através do controle da EBE- Empresa Bandeirante de Energia (SP) que ocupa o 4º lugar no *ranking* do sector que foi adquirida por cerca de 1 mil milhões de reais; da CERJ (RJ) onde a EDP detém 23% do capital (140 milhões de dólares) e através da qual detém 4,4% da COELCE (CE); e adquiriu 73% do capital da IVEN através da qual controla a ESCELSA (ES) e participa na ENERSUL (MS) pelo valor de 0,5 milhões de dólares. Trata-se de um sector de actividade em consolidação tendo até agora sido muito fracos os resultados da EDP no Brasil.

Finalmente, através do consórcio INVESTECO a EDP participa na construção da Barragem do Lajeado, uma barragem (TO), com um investimento de 200 milhões de dólares e está a construir uma central termoeléctrica através da Petroenergia, empresa em que é sócia maioritária (com a Petrobrás) em Salvador com um valor de 30 milhões de dólares. A produção de energia deverá constituir-se como uma área de desenvolvimento da empresa estando prevista a construção de 9 centrais termoeléctricas até 2003.



No plano das Águas e Saneamento verifica-se a participação de capitais portugueses nas privatizações em curso. A EPAL no Rio de Janeiro (Glória e Cabo Frio), o IPE igualmente no Rio de Janeiro, através da EBAL, empresa criada em associação com o Grupo Monteiro Aranha. Trata-se de um sector onde se perfilam várias empresas portuguesas para participar no vasto processo de privatizações em curso sendo de esperar o aumento da presença portuguesa nesta área, designadamente da EDP em principio em parceria com a britânica Thames Water, especialista do sector.

O sector da distribuição constitui uma das actividades onde a presença portuguesa se tem afirmado através da presença das duas importantes cadeias nacionais. A Sonae e a Jerónimo Martins têm prosseguido uma estratégia de expansão enfrentando os dois gigantes da distribuição no Brasil que são o Carrefour e o Pão de Açúcar.

A Sonae ocupa o terceiro lugar na distribuição em termos de valor de vendas, com um número de Lojas superior a 172, detém a Companhia Real de Distribuição, BIG, Extra Económico e Nacional em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Cândia em São Paulo e no Paraná actua com as marcas Mercadorama e Coletão. Os investimentos dirigem-se, neste momento, sobretudo para a consolidação e aumento da competitividade do grupo.

A Jerónimo Martins ocupa o 9º lugar tendo adquirido a cadeia de Supermercados Sé (40 Lojas) em S. Paulo, três Supermercados da rede Batajão, dois em S. Paulo e um em Campinas e a rede Santo António com 10 Lojas António. Este grupo tem presentemente um enorme projecto de expansão pelo que será de prever o aumento da influência portuguesa nesta área.

Na indústria transformadora, temos intervenções em áreas e em níveis muito diversos. Embora existam alguns grandes projectos, os investimentos neste sector são frequentemente de média e reduzida dimensão, exprimindo, por um lado a nossa falta de tradição industrial, por outro o que de melhor se faz neste domínio em Portugal.

No produção de cimento e produtos associados a intervenção é pesada, constituindo uma excepção ao que referimos anteriormente, sobretudo devido à acção da Cimpor com investimentos muito avultados (superiores

a 1 mil milhões de dólares) que levaram esta empresa à detenção de uma cota de mercado que se aproxima presentemente dos 10%, produzindo cerca de 15,5 milhões de toneladas. Em muito menor escala, os Cimentos Liz, do Grupo Champalimaud, possuem uma importante cimenteira no Estado de Minas Gerais desde 1961. Nesta actividade, a expansão parece ser a estratégia dominante apostando-se no previsível crescimento do mercado.

No sector dos moldes e embalagens a presença portuguesa é igualmente importante. Trata-se provavelmente de uma actividade tendente a ser dominada pelo capital português através de um número relativamente alargado de empresas, designadamente, a Alfamoldes (SP), a Geco (SP), a Neoplástica, a Porcei Portugal (SP), Tranbusti (SP), U.P.M (SP), Casinfor (SP), Iberomoldes (SP), Simoldes tanto no Aço como nos plásticos, etc. Neste quadro merecem destaque: Simoldes detentora, segundo a própria empresa, de uma cota de mercado de cerca de 20% e com projectos de expansão de acordo com a sua posição europeia (7ª). No sector das embalagens a Logoplaste é já o maior produtor de embalagens de plástico do Brasil e o 7º a nível europeu, possuindo uma fábrica de embalagens para a Nestlé (em Araras-SP), para a Danone (em Fortaleza e Poços de Caldas, MG) e para a Central Leiteira Paulista e Rreckitt & Colmann, (SP). A esta actividade junta-se a produção de filmes rígidos e semi-rígidos em PET para embalagens plásticas exercida pela Neoplástica (Paraná e Pernambuco) da qual detém importante posição internacional. A Fibobe produz files biorientados.

A presença nas actividades metalúrgicas (Arsopi e Gametal), metalomecânica (A. Silva Matos com um forte investimento (MG) e Edifer-Edimetal) e electromecânica (CME) é muito limitada apesar da importância do projecto da Silva Matos, traduzindo a própria falta de tradição deste sector em Portugal.

Igualmente limitada é a presença nas cerâmicas e porcelanas. A Novarte em Recife, a Martam/Safril no Rio Grande do Norte e a Val do Sol dedicam-se à produção de produtos cerâmicos. Na porcelana é de referir a instalação da Vista Alegre que comprou a Renner, cotada como a mais tradicional empresa deste sector, estando em implementação a produção nas suas instalações de produtos Vista Alegre que assim se assume cada vez mais como uma marca portuguesa de nível internacional. A expansão da habitação e a

melhoria do nível de vida não deixarão de potenciar um enorme mercado para estes produtos

Nas madeiras e cortiça, para além da Auto-industrial através da Vera-Cruz que exerce uma actividade na comercialização e da J. Maria Pinho, através da Braspor, é indispensável notar a Sonae. Esta empresa, através da Tafisa (da qual detém 60% do capital) possui importantes instalações de produção de aglomerados no Pará e Minas Gerais numa estratégia de domínio desta actividade a nível do Brasil e do Mundo. Na cortiça o grupo Amorim parece estar interessado na produção de cortiça com borracha. A expansão é previsível dada a existência de mercado e de matérias-primas.

Nos têxteis, área de reconhecida capacidade da indústria portuguesa os investimentos no Brasil são reduzidos embora empresas como os Camachos, Caravela, Custoitex, Cometrex, Somelos etc. possam vir a ser as pioneiras numa área em crescimento. Neste campo merece destaque a Ricon que conta abrir 20 lojas até 2002. É muito provável que a breve prazo se verifique uma forte expansão neste sector uma vez que o Brasil, como a Argentina e Chile são importadores tradicionais e Portugal tem um reconhecida tradição neste sector.

Na alimentação e bebidas o investimento é igualmente modesto embora com algumas intervenções expressivas. A Dubois La Roche na produção de biscoitos e chocolates, a Lusomar na cultura de camarões a RAR e a Prenuti nas rações para animais. Nas bebidas o projecto realmente importante é o do Grupo Cintra com uma unidade de produção de cerveja em S. Paulo e outra no Rio de Janeiro e projectos de novas unidades no sector cervejeiro valendo de momento 2% deste mercado com pretensão de chegar aos 10% e aos 2% nos refrigerantes. A Refrigor é outra empresa com actividade nesta área. Apesar das ambições dos investidores portugueses neste sector as dificuldades são muitas devido à existência de fortes interesses instituídos e a um fraco ritmo de crescimento do mercado.

O sector de peças e revestimentos para automóveis constitui uma actividade onde as empresas portuguesas tendem a assumir uma posição importante. O grupo Amorim iniciou a sua actividade na produção de revestimen-

tos para automóveis, a Autosil nas baterias, Nelson Quintas em Cablagens para automóveis. A IACM da Amazônia, a IMBE de S. Paulo, a Sonafi, a Sunviauto, a Taval e a Gametal assumem uma presença interessante no sector de peças para automóvel, juntando-se à Cablauto (apoiada pelo ICEP), a Sodécia (igualmente apoiada pelo ICEP) e, também, à Simoldes. A expansão deve ser a tendência, dado tratar-se de um sector relativamente novo e dinâmico em Portugal e de grandes potencialidades no Brasil. Para além das cablagens para o sector automóvel as empresas portuguesas estão presentes na produção de cablagens diversas desde a cordoaria tradicional em sisal pela Brascorda (Pb) da qual o grupo Quintas e Quintas (apoiado pelo ICEP) é proprietário e detentor da liderança mundial deste nicho de mercado, até à Cabelte produtora de cabos eléctricos e de cabos de fibra óptica e ao Grupo Nelson Quintas e filho que para além das duas fábricas em Itajubá (MG) pretendem instalar uma fábrica de cabos de fibra óptica no Rio de Janeiro. A empresa F. Cunha Barros possui uma fábrica destes produtos no Recife.

O sector dos instrumentos e equipamentos diversos constitui uma área de pouca tradição em Portugal e de fraca implantação do Brasil. A Durit em moldes e instrumentos de alta precisão, a Frezite Ake em máquinas para corte, a H. Seabra em equipamentos de frio industrial a Papelaco em máquinas e serviços de automação, a Poeiras em máquinas e ferramentas para tratamento do mármore e rochas ornamentais (apoiado pelo ICEP), e a RST em equipamentos para o sector do turismo e alimentar, são as empresas portuguesas a operar nesta área no Brasil.

Na hotelaria e turismo, sector de imensas potencialidades a presença do investimento é modestíssima. São de referir o Amaraji Brasil Investment em Tamandaré Pernambuco, com um investimento no valor de 4 milhões de dólares, o Grupo Pestana no Rio de Janeiro, havendo igualmente projectos e intenções várias da Sonae, do Grupo Amorim, do Grupo Espírito Santo. Trata-se evidentemente de um sector de grande importância e tradição em Portugal e portanto de previsível expansão no Brasil.

Em serviços variados encontramos, A Profabril (maior empresa portuguesa de consultoria (RJ) do Banco Mello ao mesmo tempo que a José de Mello Saúde, em parceria com a International Finance Corporation e o Grupo Icatú, criou

a IHS- Inovative Health Services, com um capital de 50 milhões de dólares. No domínio da informática, a Intersismet – Sistemas e Métodos de Organização Informática (CE), a Casinfor (SP) e a 12S. A Lisgráfica intervém em serviços gráficos, etc..

A agro-pecuária brasileira tem uma intervenção reduzida do capital português com uma excepção notável que se relaciona com o Grupo Espírito Santo que detém empresas agrícolas na Goiânia, Rio de Janeiro e Baía, produzindo arroz e orgulhando-se dos 2 milhões de pés de café que possui.

Finalmente, a construção civil é igualmente pouco significativa, embora alguns projectos importantes estejam em curso. A Soares da Costa que leva a cabo a construção do Metro de S. Salvador, a Somague com várias concessões e a João Pereira Coutinho são os exemplos mais significativos. A CME tem igualmente, uma presença forte no Brasil, onde já investiu 9 milhões de dólares, estando previstos 63 milhões até final de 2001.

## **4.2 Características Gerais dos Investimentos das Empresas Portuguesas no Brasil**

O IDPB como não poderia deixar de ser, dado o baixo desenvolvimento, económico e tecnológico do País, é um investimento fundamentalmente extensivo, geralmente sem marca internacionalmente reconhecida, levado a cabo por empresas que, embora por vezes importantes a nível nacional, não possuem verdadeira dimensão internacional, com algumas excepções actuando em nichos muito limitados. Este facto revela-se na ausência da afirmação de marcas portuguesas no Brasil, actuando as empresas portuguesas sobretudo através de marcas brasileiras adquiridas. É certo, que isto pode ser entendido como uma estratégia subtil destinada a evitar interpretações desajustadas, mas na realidade tal apenas se verifica porque a marca nacional não contém, de um modo geral, mais-valias a nível internacional. Esta situação é uma realidade, inclusive, para os grandes investimentos, designadamente, PT, Cimpor, Sonae, EDP, JM etc..

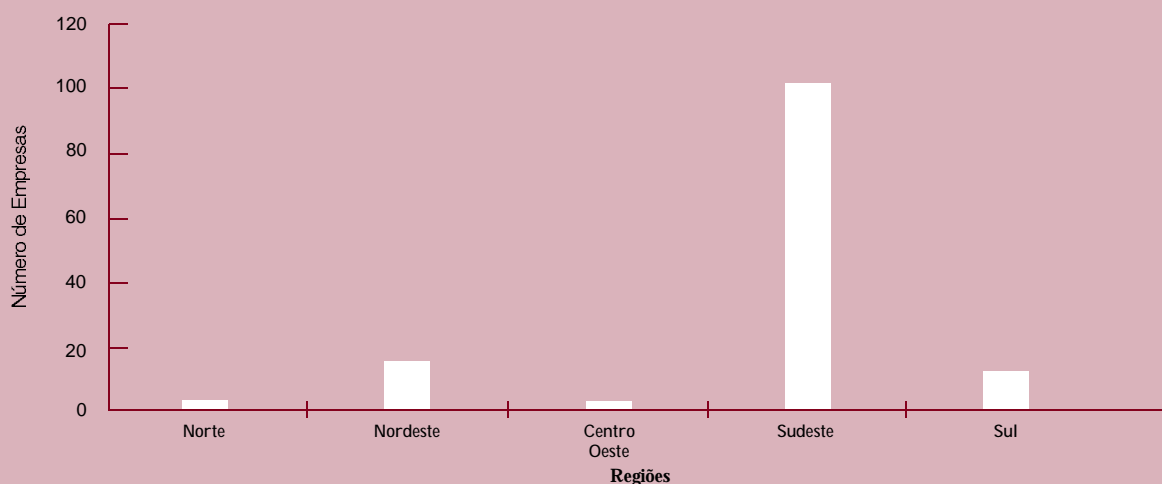
Este investimento em extensão associa-se a uma internacionalização ainda incipiente, que visa sobretudo ganhar massa crítica ou aproveitar momentâneas ou eventuais oportunidades sem que isso corresponda necessariamente

a uma redefinição estratégica das empresas visando objectivos internacionais vastos, nem implicando verdadeiras vantagens competitivas por parte das empresas. É claro que esta observação não implica que, pelo menos nalguns casos, não venha a ser criada massa crítica que permita alterações posteriores do perfil organizacional e tecnológico das empresas, geradoras de vantagens competitivas. É provável que tal possa ocorrer, sobretudo na área das novas tecnologias (como a Pararede ou Finapar), e nalguns nichos de mercado associados a indústrias e serviços onde já temos algum conhecimento e posicionamento interessante no mercado ibérico e/ou europeu. Será porventura o caso dos moldes, filmes e embalagens de plástico, cablagens etc..

Não podemos deixar de observar, contudo, que, apesar do importante movimento de expansão das empresas portuguesas para o Brasil, a única verdadeira marca portuguesa instalada recentemente naquele país, com reconhecimento internacional efectivo é a Vista Alegre. Algumas marcas associadas ao capital português procuram impor-se no Brasil como é o caso da Cintra.

A região privilegiada do investimento português é o Sudeste do país. Seguem-se o Nordeste e o Sul. No seu conjunto, o Sudeste e o Sul, concentram o investimento numa tentativa de aproveitar o mercado local, mais amplo e, eventualmente, posicionar-se no âmbito do Mercosul. A repartição geográfica dos investimentos portugueses no Brasil é visível no gráfico seguinte.

**Fig. 4.2**  
**Distribuição das Principais Empresas Portuguesas por Regiões**



Fonte: Elaboração própria

### **4.3 Inquérito às Empresas Portuguesas no Brasil: Resultados Preliminares**

Como foi referido na introdução levou-se a cabo um inquérito junto das empresas de capital português a operar no Brasil, tendo em vista a apurar mais no concreto a evolução do investimento por empresa, bem como as motivações, resultados, expectativas e problemas sentidos pelos investidores portugueses. Todavia, não foi possível obter em tempo útil uma taxa de respostas suficientemente elevada para permitir tirar conclusões seguras dos resultados obtidos.

Em todo o caso, conjugados com outras informações e observações obtidas por outros métodos, designadamente através de contactos directos com responsáveis de algumas dessas empresas, os resultados permitem sistematizar algumas ideias que, não sendo definitivas, permitem desde já obter um perfil relativamente delineado dos investimentos das empresas portuguesas no Brasil. É este perfil que apresentamos de seguida, seguindo a estrutura do inquérito.

#### **1 Mercados**

1. Praticamente todas as empresas dirigem a sua produção em 100% para o mercado brasileiro, embora se tenha verificado um caso em que 10% se dirige para outros mercados América Latina.
2. A cota de mercado é muito variada. Geralmente é reduzida embora existam casos como no cimento ou moldes onde se vai até 10 e 20% respectivamente.
3. Em metade das respostas a concorrência é brasileira a 100%.
4. O objectivo em termos de cota de mercado não é geralmente referido mesmo nas empresas com cotas significativas.
5. As perspectivas de crescimento para os próximos anos são naturalmente variadas (1,5%, 3%, 5%, 10%) e geralmente modestas.
6. O crescimento das receitas esperadas para os próximos anos vão com frequência de 20% a 50%.
7. Pelo menos 2/3 das empresas pretende ampliar, construir ou adquirir instalações.

8. Cerca de metade das empresas não deseja diversificar a actividade e mesmo nos outros 50% algumas interpretam a diversificação num sentido muito estrito, como por exemplo a Seguradora que pretende lançar novos produtos na área dos seguros o que em rigor não corresponde a uma efectiva diversificação.
9. A electrónica e as novas tecnologias são os mais referidos como sectores de potencial alargamento de actividades.

## **2 Investimentos**

1. Os valores do investimento são naturalmente muito variados entre as empresas
2. Cerca de 2/3 das empresas utiliza capitais portugueses em 100%, os restantes são fundamentalmente com empresas brasileiras.
3. De um modo geral não se verificaram incentivos ao investimento.
4. Só cerca de 10% das empresas se instalaram antes de 1992.
5. O principal problema referido em 80% das respostas é a burocracia. O fraco conhecimento do mercado brasileiro é por vezes referido.
6. A localização é evidentemente muito variada, mas parece existir uma clara preferência pelo Sul/Sudeste do país.
7. Cerca de 50% das empresas preferem a banca portuguesa como fonte de financiamento, as restantes não têm preferência.
8. Cerca de 2/3 compram instalações existentes e procedem à sua modernização.
9. Em relação à importação de tecnologia não há resultados conclusivos.
10. A dimensão do mercado é a razão mais frequentemente referida como justificação para os investimentos realizados no Brasil. Em 1/3 dos casos aparece ainda a referência ao potencial crescimento do sector. Em 1/4 aparece a referência à afinidade cultural.

## **3 Opiniões Gerais do Investidor**

1. Em 80% dos casos a reacção da sociedade brasileira ao investidor português é considerada BOA. Os restantes 20% consideram que não há reacção negativa ou que há curiosidade. Admitem que no inicio talvez existisse dúvida quando à capacidade empresarial portuguesa.



2. A reacção da concorrência é considerada NORMAL, sem qualquer traço distintivo. Hoje há respeito pelo empresário português.
3. A língua é considerada como tendo pesado na decisão de investir em 100% dos casos. Por vezes é mesmo considerada uma importante vantagem.
4. A instabilidade económica e política é considerada como a maior incerteza para os investimentos no Brasil em 100% dos casos analisados. Em 1/4 das respostas chama-se a atenção para o problema fiscal e de dupla tributação, e ao apoio a projectos de alta tecnologia.
5. Não parecem atribuir muita importância à acção dos governos excepto talvez no que se relaciona com o problema da dupla tributação, não sendo nunca sugerida qualquer medida concreta.



## 5. Observações Finais

O recente movimento de expansão do capital português para o Brasil constitui um importante fenómeno da economia portuguesa, atingindo uma ampla rede de sectores e uma diversificada teia de operações. À escala portuguesa constitui um espaço natural de expansão das empresas portuguesas e um mundo repleto de oportunidades onde estas detêm à partidas algumas vantagens competitivas que urge consolidar e desenvolver.

À diversidade sectorial está associada uma pluralidade de estratégias empresariais que vão da consolidação de uma presença histórica, ou da extensão das actividades a uma região favorável de amplos mercados, até à procura da constituição, em ambiente favorável, de massa crítica para alargar e explorar novos produtos e processos. De momento é sobretudo, como referimos, a estratégia de extensão que é dominante neste movimento.

As principais dificuldades parecem situar-se ao nível da legislação tributária muito diferente da portuguesa, uma legislação laboral diferente, a mentalidade empresarial ainda fechada ao exterior e um sistema financeiro estrangulador, sobretudo para empréstimos a longo prazo (razão da preferência de muitos empresários portugueses em utilizar capital não-residente nas suas operações).

Em qualquer caso o sentimento geral dos investidores portugueses é positivo e as dificuldades encontradas não são de molde a contrariar a tendência geral para a expansão de negócios e para o desencadeamento de um efeito de imitação que está a contagiar outras empresas em Portugal. Tudo parece apontar, assim, para a continuação e mesmo reforço da presença portuguesa no Brasil o que não deixará, por sua vez, de acentuar a tendência para a retracção do investimento português noutras paragens que se verifica actualmente e de que a Espanha é a expressão maior.

Se parece indiscutível que a expansão do capital português para o Brasil pode trazer importantes benefícios para as empresas envolvidas, não podemos deixar de fazer uma chamada de atenção para a possibilidade de se gerarem alguns efeitos perversos, relativamente a este movimento. Do nosso ponto de vista, não está excluída a possível transformação de alguns capitais portugueses em capitais emigrados, primeiro, e naturalizados, depois, sobretudo no caso de serem bem sucedidos. Tratar-se-ia do seguinte *trade-off*: ou a extensão brasileira se revela modesta ou pelo menos modesta em relação ao conjunto da empresa e a sua base permanecerá portuguesa; ou adquire uma forte importância e nesse caso pode tender a absorver a matriz. Uma solução para este *trade-off* poderia ser o desenvolvimento de uma estratégia de internacionalização com o desenvolvimento de interesses na Europa e no mundo que permitissem manter o equilíbrio e beneficiar do mercado brasileiro sem ser por ele absorvido. Casos como os do grupo Cintra poderão claramente tender à emigração. Os apoios à internacionalização devem, quanto a nós, ter em conta esta possibilidade, estimar os seus riscos e daí retirar as consequências.

Todavia há que ter presente que a posição de um país como exportador de capitais também pode constituir um factor de atracção de capitais externos, seja à procura de parcerias com empresas nacionais para explorar as oportunidades do espaço de intervenção alargado de que elas gozam, seja para aproveitar um maior dinamismo económico interno resultante, precisamente, do processo de internacionalização.

Isto poderá ser assim, inclusive, no que diz respeito à atracção de capitais brasileiros, que poderão descobrir desta forma a dimensão europeia de Portugal e reforçar por esta via o seu próprio processo de internacionalização.

Em qualquer caso, a existirem apoios e incentivos aos investimentos portugueses no Brasil, eles devem ser realizados no quadro de uma lógica de manutenção e reforço das actividades de valor acrescentado em Portugal e de estruturação de uma teia de relações que dificulte o fácil desenvolvimento de forças centrífugas, que necessariamente tendem a manifestar-se.

## 6. Anexos

### Anexo 1

#### Quadro A1

#### Investimento Directo Português no Brasil, por Sector de Actividade 1996-1999

(milhar es de eur os)

<b>Investimento</b>					
	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total 96-99</b>
AF	1073	9817	282666	114003	407559
AGRIC	334	273	136	157	900
ALOJ	3519	457	1684	490	6150
CGR	287	11272	8522	3459	23540
CONST	1491	1790	9614	15286	28181
ELEC	137699	5348	428141	575735	1146923
IMOB	69112	373083	1773523	785955	3001673
IT	20430	21390	20986	48435	111241
OA	4632	7200	15780	9473	37085
PESCA	0	4526	4624	0	9150
TRANSP	0	0	1132167	1423	1133590
<b>Total</b>	<b>238577</b>	<b>435156</b>	<b>3677843</b>	<b>1554416</b>	<b>5905992</b>
<b>Desinvestimento</b>					
	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total 96-99</b>
AF	32	8	8	11566	11614
AGRIC	0	0	0	0	0
ALOJ	0	0	0	0	0
CGR	213	250	192	189	844
CONST	0	0	0	0	0
ELEC	43166	0	0	0	43166
IMOB	63	5586	229798	5300	240747
IT	2111	1105	1101	39795	44112
OA	408	2370	45	169	2992
PESCA	0	0	0	0	0
TRANSP	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>45993</b>	<b>9319</b>	<b>231144</b>	<b>57019</b>	<b>343475</b>
<b>Investimento Líquido</b>					
	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total 96-99</b>
AF	1041	9809	282658	102437	395945
AGRIC	334	273	136	157	900
ALOJ	3519	457	1684	490	6150
CGR	74	11022	8330	3270	22696
CONST	1491	1790	6914	15286	28181
ELEC	94533	5348	428141	575735	1103757
IMOB	69049	367497	1543725	780655	2760926
IT	18319	20285	19885	8640	67129
OA	4224	4830	15735	9304	34093
PESCA	0	4526	4624	0	9150
TRANSP	0	0	1132167	1423	1133590
<b>Total</b>	<b>192584</b>	<b>425837</b>	<b>3446699</b>	<b>1497397</b>	<b>5562517</b>

## Anexo 2

### Quadro A2

### Investimento Directo Português no Brasil por Tipo de Operação 1996-1999 (milhar es de eur os)

#### Investimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No cap. das emp.	225358	404501	1596057	986791	3212707
Créditos, emprést. e suprimentos	8797	13284	2070176	542307	2634564
Operações s/ imóveis	2459	3714	998	13279	20450
Lucros reinvestidos	1202	10387	10471	10313	32373
Outros	761	3270	141	1726	5898
<b>Total</b>	<b>238577</b>	<b>435156</b>	<b>3677843</b>	<b>1554416</b>	<b>5905992</b>

#### Desinvestimento

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No capital das empresas	0	2369	221442	17070	240881
Créditos, emprést. e suprimentos	0	47	3231	33451	36729
Operações sobre imóveis	408	472	45	169	1094
Lucros reinvestidos	45585	6374	6426	6329	64714
Outros	0	57	0	0	57
<b>Total</b>	<b>45993</b>	<b>9319</b>	<b>231144</b>	<b>57019</b>	<b>343475</b>

#### Investimento Líquido

	1996	1997	1998	1999	1996-99
No cap. das emp.	225358	402132	1374615	969721	2971826
Créditos, emprést. e suprimentos	8797	13237	2066945	508856	2597835
Operações sobre imóveis	2051	3242	953	13110	19356
Lucros reinvestidos	-44383	4013	4045	3984	-32341
Outros	761	3213	141	1726	5841
<b>Total</b>	<b>192584</b>	<b>425837</b>	<b>3446699</b>	<b>1497397</b>	<b>5562517</b>

Fonte: Banco de Portugal

## Anexo 3

### Quadro A3

### Investimento Directo Português no Brasil por Sector e Tipo de Operação, 1996-99 (milhar es de eur os)

	Investimento					
	Créditos empréstimos e suprimentos	Lucros reinvestidos	No capital das empresas	Operações sobre imóveis	Outros	Total
AF	608	5296	13986	795	2855	23540
AGRIC	50556	43	60642	0	0	111241
ALOJ	5167	0	22529	8704	685	37085
CGR	5372	0	11149	9917	1743	28181
CONST	381	0	491	0	28	900
ELEC	1439891	6028	1554557	1024	173	3001673
IMOB	1207	6265	400076	0	11	407559
IT	490	0	5660	0	0	6150
OA	1059910	0	73670	10	0	1133590
PESCA	66794	14741	1065302	0	86	1146923
TRANSP	4188	0	4645	0	317	9150
<b>Total</b>	<b>2634564</b>	<b>32373</b>	<b>3212707</b>	<b>20450</b>	<b>5898</b>	<b>5905992</b>

### Desinvestimento

	Desinvestimento					
	Créditos empréstimos e suprimentos	Lucros reinvestidos	No capital das empresas	Operações sobre imóveis	Outros	Total
AF	47	784	0	0	13	844
AGRIC	33199	5388	5512	0	13	44112
ALOJ	0	0	2145	816	31	2992
CGR	0	0	0	0	0	0
CONST	0	0	0	0	0	0
ELEC	3483	15320	221666	278	0	240747
IMOB	0	56	11558	0	0	11614
IT	0	0	0	0	0	0
OA	0	0	0	0	0	0
PESCA	0	43166	0	0	0	43166
TRANSP	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>36729</b>	<b>64714</b>	<b>240881</b>	<b>1094</b>	<b>57</b>	<b>343475</b>

### Investimento Líquido

	Investimento Líquido					
	Créditos empréstimos e suprimentos	Lucros reinvestidos	No capital das empresas	Operações sobre imóveis	Outros	Total
AF	561	4512	13986	795	2842	22696
AGRIC	17357	-5345	55130	0	-13	67129
ALOJ	5167	0	20384	7888	654	34093
CGR	5372	0	11149	9917	1743	28181
CONST	381	0	491	0	28	900
ELEC	1436408	-9292	1332891	746	173	2760926
IMOB	17357	-5345	55130	0	-13	67129
IT	490	0	5660	0	0	6150
OA	1059910	0	73670	10	0	1133590
PESCA	66794	-28425	1065302	0	86	1103757
TRANSP	4188	0	4645	0	317	9150
<b>Total</b>	<b>2597835</b>	<b>-32341</b>	<b>2971826</b>	<b>19356</b>	<b>5841</b>	<b>5562517</b>

Fonte: Banco de Portugal. Para definição dos sectores, ver Quadro 3

## Anexo 4

### Quadro A4

### Distribuição do Investimento Português no Exterior por países de Destino (milhar es de eur os)

<b>Investimento</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>1996-99</b>
Brasil	238,6	435,2	3677,8	1554,4	5906,0
Ilhas Cayman	45,0	75,6	3351,5	3742,9	7215,1
Irlanda	78,9	298,2	175,6	48,1	600,8
Bélgica e Luxemburgo	82,6	75,6	253,4	33,0	445,6
E. U.A.	38,4	57,3	76,8	55,6	228,1
Polónia	2,1	8,1	34,67	125,6	170,6
Angola	0	36,7	36,5	67,2	140,5
Alemanha	12,2	2,4	55,6	56,6	126,9
Moçambique	18,5	21,4	22,7	22,7	85,2
Cabo Verde	1,0	12,4	6,1	35,3	54,7
Macau	19,3	12,8	14,7	69,0	115,8
Outros	241,8	533,0	965,9	1104,2	2845,0
Espanha	118,1	285,5	316,7	427,9	1148,1
<b>Total</b>	<b>896,7</b>	<b>1855,1</b>	<b>8988,1</b>	<b>7342,5</b>	<b>19082,4</b>

<b>Desinvestimento</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>1996-99</b>
Brasil	46,0	9,3	231,1	57,0	345,5
Ilhas Cayman	6,0	230,9	4637,1	1261,1	6135,1
Irlanda	13,8	7,7	17,0	13,2	51,6
Bélgica e Luxemburgo	66,8	6,4	7,1	7,1	87,4
E. U.A.	2,8	15,7	6,1	9,7	34,3
Polónia	0,7	0	8,1	0,5	9,3
Angola	0,1	12,6	11,5	10,8	35,0
Alemanha	2,1	2,1	0,8	46,2	51,2
Moçambique	2,6	3,1	3,2	5,9	14,8
Cabo Verde	0,3	0,3	0,3	0,3	1,1
Macau	0,9	2,2	6,2	58,5	67,7
Outros	94,8	61,8	383,6	2259,9	2800,2
Espanha	61,8	32,0	52,3	1064,6	1210,8
<b>Total</b>	<b>298,67</b>	<b>384,08</b>	<b>5364,5</b>	<b>4794,8</b>	<b>10842,0</b>

<b>Investimento Líquido</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>1996-99</b>
Brasil	192,6	425,8	3446,7	1497,4	5562,5
Ilhas Cayman	39,0	-155,3	-1285,6	2481,8	1080,0
Irlanda	65,1	290,5	158,7	34,9	549,2
Bélgica e Luxemburgo	15,9	70,2	246,3	25,9	358,2
E. U.A.	35,6	41,5	70,8	45,9	193,8
Polónia	1,5	8,1	26,6	125,1	161,3
Angola	-0,1	24,1	25,0	56,4	105,5
Alemanha	10,1	0,3	54,8	10,5	75,7
Moçambique	15,9	18,3	19,5	16,8	70,4
Cabo Verde	0,7	12,1	5,7	35,0	53,6
Macau	65,1	10,6	8,5	10,5	48,1
Outros	147,1	471,2	582,9	-1155,8	44,8
Espanha	56,2	253,5	264,3	-636,8	-62,7
<b>Total</b>	<b>598,0</b>	<b>1471,0</b>	<b>3623,6</b>	<b>2547,7</b>	<b>8240,4</b>

Fonte: Banco de Portugal



# Inquérito às Empresas com Capital Português

## 1. Identificação da Empresa

1.1. Designação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1.2. Sector de actividade (indicar o código de acordo com a tabela em anexo).

\_\_\_\_\_

1.3. Dimensão: (em número de empregados): \_\_\_\_\_ empregados.

1.4. Dimensão: (em volume de vendas em 1998) \_\_\_\_\_ dólares  
(aproximadamente)

1.5. Ano da constituição: \_\_\_\_\_

1.6. O capital da empresa detido por accionistas portugueses, corresponde a que percentagem do capital total? \_\_\_\_\_%.

## 2. Mercados

2.1. Destino da produção (em percentagem do volume de vendas):

Brasil \_\_\_\_\_% América Latina \_\_\_\_\_% Outros \_\_\_\_\_%

2.2. Quota do mercado brasileiro (em percentagem aproximada) \_\_\_\_\_%

2.3. Os principais concorrentes da empresa têm origem em:

Brasil \_\_\_\_\_, Espanha \_\_\_\_\_, Outros da EU \_\_\_\_\_,

América/Canadá \_\_\_\_\_%, Outros \_\_\_\_\_%.

2.4. Qual o objectivo final da empresa em termos de quota de mercado?

\_\_\_\_\_%

**2.5.** Expectativa de crescimento potencial do mercado nos próximos anos? \_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_% ao ano.

**2.6.** Qual o ritmo de crescimento das receitas esperadas nos  
 próximos 5 anos. \_\_\_\_\_%.

**2.7.** No caso de querer ampliar a quota de mercado, qual o caminho a  
 escolher: Ampliação\_\_\_\_\_, Construção de nova unidade\_\_\_\_\_,  
 Compra de unidade existentes\_\_\_\_\_.

**2.8.** A empresa tenciona diversificar a sua actividade?  
 Sim\_\_\_\_\_, Não\_\_\_\_\_.

**2.9.** A que sectores alargaria a sua actividade?

---



---



---



---

### **3. Investimentos**

**3.1.** Volume do investimento realizado. \_\_\_\_\_ Dólares.

**3.2.** No caso de ser projecto conjunto, discrimine a participação percentual de:  
 Capitais portugueses\_\_\_\_\_% Capitais brasileiros\_\_\_\_\_%  
 Outros\_\_\_\_\_%

**3.3.** Houve incentivos ao investimentos? Quais e de quem?

---



---



---

**3.4.** Qual a data do primeiro investimento?\_\_\_\_\_.

**3.5.** Descreva por ordem decrescente, as dificuldades que teve de enfrentar na  
 realização do investimento.

---



---



---

**3.6.** Refira o número de unidades produtivas e sua localização

---

---

---

**3.7.** No caso de recurso à Banca, tem preferência por:

Banca brasileira \_\_\_\_\_, Banca portuguesa \_\_\_\_\_, Outras \_\_\_\_\_.

**3.8.** No caso de ter comprado instalações já existentes, efectuou ou tenciona efectuar alguma modernização? \_\_\_\_\_ Sim, \_\_\_\_\_ Não.

**3.9.** Recorreu à tecnologia importada? \_\_\_\_\_ Sim, \_\_\_\_\_ Não.

**3.10.** Refira por ordem decrescente de importância as motivações que levaram a empresa a investir no Brasil.

---

---

---

---

---

---

## **4. Opiniões Gerais do Investidor**

**4.1.** Na sua opinião, qual a reacção da sociedade brasileira ao investidor português?

---

---

---

---

---

**4.2.** Como caracterizaria a reacção da concorrência aos investimentos portugueses.

---

---

---

---

**4.3.** Na sua opinião, na sua decisão de investimento no Brasil, pesou o facto de falarmos a mesma língua?

---

---

---

---

---

**4.4.** Quais os factores que você considera como os de maior incerteza para os seus investimentos no Brasil?

---

---

---

---

---

**4.5.** Que conselhos daria ao Governo Português, sobre os apoios aos investimentos portugueses no Brasil?

---

---

---

---

---

**4.6.** Que medidas mais positivas poderia tomar o Governo Brasileiro para incentivar os investimentos estrangeiros no Brasil?

---

---

---

---

---

## 7. Documentos Publicados

DT 1 Nov. 96	<b>Política de Concorrência e Política Industrial</b> António Nogueira Leite (esgotado)
DT 2 Dez. 96	<b>Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego</b> Paulino Teixeira (esgotado)
DT 3 Jan. 97	<b>Ética e Economia</b> António Castro Guerra (esgotado)
DT 4 Mar. 97	<b>Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais</b> Adelino Furtado (esgotado)
DT 5 Maio 97	<b>Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia</b> António Brandão; Alberto Castro; Helder de Vasconcelos (esgotado)
DT 6 Jun. 97	<b>Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma visão Prospectiva</b> João Abel de Freitas
DT 7 Jul. 97	<b>O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu</b> Teresinha Duarte
DT 8 Out. 97	<b>Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?</b> Vitor Santos
DT 9 Nov. 97	<b>Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade</b> António Trindade
DT 10 Jan. 98	<b>União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias</b> Maria Eugénia Pina Gomes; Mário Lobo
DT 11 Mar. 98	<b>Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade</b> Teresinha Duarte
DT 12 Maio 98	<b>Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas</b> António Castro Guerra
DT 13 Maio 98	<b>Determinantes do Desinvestimento em Portugal</b> João Abel de Freitas
DT 14 Jun. 98	<b>O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal</b> José Diogo Costa
DT 15 Jul. 98	<b>Turismo, o Espaço e a Economia</b> João Albino Silva

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**  
Nov. 98 Catarina Selada; Teresa Rolo; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**  
Dez. 98 João Abel de Freitas; Sérgio Figueiredo; Vitor Santos
- DT 18 **Consumo Publicidade e Vendas Agressivas**  
Dez. 98 Ana Luisa Geraldès
- DT 19 **Subsídios para a História do sector em Portugal**  
Fev. 99 Luís Palma Féria
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**  
Abr. 99 Franklin Trein
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política comercial**  
Maio 99 Elivan Rosas Ribeiro
- DT 22 **Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional  
Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International** (Edição bilingue)  
Maio 99 Hugues de Jouvenel
- DT 23 **A Integração das Infra-estruturas Tecnológicas na Rede de Excelência para o Desenvolvimento da Indústria Automóvel em Portugal: Uma Metodologia de Avaliação**  
Jun. 99 Catarina Selada; José Rui Felizardo; Luís Palma Féria
- DT 24 **Mercosul: Perspectivas da Integração**  
Jul 99 Lia Valls Pereira
- DT 25 **O Papel da Pequena Empresa na UE  
Role of Small Businesses in the EU** (Edição bilingue)  
Ag. 99 Franco Ianniello
- DT 26 **Portugal e a União Europeia - Evolução Recente e Perspectivas**  
Fev. 2000 José João Domingos; Júlia Boucinha
- DT 27 **As Contrapartidas das Aquisições Militares instrumento de desenvolvimento económico**  
Fev. 2000 Luís Palma Féria
- DT 28 **A Região da Catalunha**  
Jun. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo
- DT 29 **Breve Caracterização da Economia Espanhola**  
Out. 2000 Isabel Barata; Aucendina Diogo
- DT 30 **As Relações da União Europeia com os Países da Europa Central e Oriental**  
Out. 2000 Nuno Gama de Oliveira Pinto

- DT 31      **Fluxos de Investimento Directo Portugal-Brasil: Uma  
Caracterização Geral**  
Jan. 2001    António Mendonça (Responsável); Manuel Farto;  
                  Elivan Ribeiro; João Dias; António Romão (Consultor)
- DT 32      **O Investimento Directo das Empresas Portuguesas no  
Brasil: Sectores, Tipo de Operação e Principais  
Determinantes, 1996-1999**  
Jan. 2001    António Mendonça (Responsável); Manuel Farto;  
                  Elivan Ribeiro; João Dias; Miguel Fonseca;  
                  António Romão (Consultor)

